

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA NEGROS E O CONTROLE DAS
DISFUNÇÕES CAUSADAS PELAS FRAUDES

Amanda Albernaz de Freitas

Apto para a defesa:

RIO DE JANEIRO

2017

Amanda Albernaz de Freitas

A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA NEGROS E O CONTROLE DAS
DISFUNÇÕES CAUSADAS PELAS FRAUDES

Monografia de final de curso, elaborada
no âmbito da graduação em Direito da
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como pré-requisito para obtenção do grau
de bacharel em Direito, sob a orientação
do Professor Ms. Thiago Ferrare Pinto

RIO DE JANEIRO

2017

CIP - Catalogação na Publicação

A862p Albernaz de Freitas, Amanda
 A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA NEGROS E O
 CONTROLE DAS DISFUNÇÕES CAUSADAS PELAS FRAUDES /
 Amanda Albernaz de Freitas. -- Rio de Janeiro, 2017.
 69 f.

 Orientador: Thiago Ferrare Pinto.
 Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
 de Direito, Bacharel em Direito, 2017.

 1. Ações Afirmativas. 2. Política de Cotas. 3.
 Negros . I. Ferrare Pinto, Thiago, orient. II.
 Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Amanda Albernaz de Freitas

A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA NEGROS E O CONTROLE DAS
DISFUNÇÕES CAUSADAS PELAS FRAUDES

Monografia de final de curso, elaborada
no âmbito da graduação em Direito da
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como pré-requisito para obtenção do grau
de bacharel em Direito, sob a orientação
do Professor Ms. Thiago Ferrare Pinto

Data da Aprovação: __ / __ / ____.

Banca Examinadora: _____

Orientador _____

Membro da Banca _____

Membro da Banca

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus familiares e amigos por todo o apoio e paciência durante toda caminhada acadêmica. Agradeço a meus professores que, para além dos ensinamentos em sala de aula, sempre foram grandes inspirações e modelos de sucesso. Em especial, agradeço meu professor e orientador, Thiago, que sempre se mostrou solícito e disposto a ajudar.

“... temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”.¹

Boaventura de Sousa Santos

¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pg. 56.

RESUMO

A presente monografia se presta à, primeiramente, analisar a essencialidade dos argumentos para a adoção de uma política de ações afirmativas baseadas no critério racial e, em seguida, adentra na questão das fraudes que tal sistema, não tão objetivo quanto o socioeconômico, pode dar margem. A partir de uma análise de dados estatísticos e doutrinários visa-se, por fim, adentrar na efetividade das medidas de controle de fraude questionando qual seria o melhor modelo, se um controle prévio no momento da inscrição, ou se um controle posterior feito apenas por meio de processos administrativos ou, até mesmo, judiciais.

Palavras-chave: ação afirmativa; autodeclararão; reparação histórica; justiça retributiva.

ABSTRACT

The present monograph allows us to first analyze the essentiality of the arguments for the adoption of a policy of affirmative action based on the racial criterion and then enters into the question of fraud that such a system, not as objective as the socioeconomic one, can give margin. Based on an analysis of statistical and doctrinal data, it is aimed, finally, to enter into the effectiveness of the fraud control measures questioning what would be the best model, if a previous control at the time of registration, or if a later control done only by through administrative or even judicial proceedings.

Keyword: affirmative action; self-declare; historical repair; retributive justice.

SUMÁRIO

Parte I

1. Introdução
2. Análise de dados estatísticos
 - 2.1. Análise de dados estatísticos da UNB

Parte II

3. O mito da Democracia Racial
4. O mito do país miscigenado como desqualificados das cotas
5. O porquê da utilização do termo raça. Seriam as cotas racistas?
6. Porque o critério de renda não exclui o de raça

Parte III

7. A autodeclaração
8. Das características fenóticas
9. Analisando os grupos criados pelas universidades para homologar as inscrições
10. Porque são necessários grupos homologadores e não apenas punição posterior?

Parte IV - Conclusão

V - Bibliografia

INTRODUÇÃO

É notório que o Brasil passou por um longo período de colonização e escravidão o qual gerou graves danos aos negros e indígenas que mesmo após findo esse trágico momento histórico tiveram de conviver com seus efeitos nefastos. Importante compreender que o tráfico de escravos no Brasil correspondeu a maior parte de nossa história, segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Humano², os escravos começaram a desembarcar no Brasil em 1550. Foi apenas em 1850, que o governo imperial proibiu a importação, devido à pressão internacional, tendo, no entanto, a escravidão permanecido até 1888. Foram, portanto, mais de 300 anos de escravidão.

Segundo dados do mesmo relatório estima-se que desembarcaram na América, entre os séculos 16 e 19, cerca de 10 milhões de cativos do continente africano. O Brasil teria recebido aproximadamente 40% desse fluxo, ou seja, foi o principal destino de mão-de-obra escrava no continente. Apesar da lei áurea ter acabado com a escravidão em 13 de maio de 1888 os negros permaneceram às margens da sociedade sem ter acesso à educação e aos melhores empregos, sendo certo que tal realidade permanece até os dias atuais.

Tais afirmações se comprovam a partir de dados estatísticos como, por exemplo, os fornecidos pelo censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) os quais evidenciaram que os auto declarados negros compõem mais de 50% da população³ e confrontando esses dados com os da Síntese de Indicadores Sociais também realizada pelo IBGE⁴ nota-se que em 2011, ano próximo ao do censo, portanto, apenas 35,8% da população negra frequentavam o ensino superior ao passo que na população branca o percentual era de 65,7%. Cabendo, ainda, ressaltar que esses números já representam um avanço, considerando que, em 2004, apenas 16,7% da população negra cursava nível superior.

² PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano** - Racismo, pobreza e violência. Editor-Chefe: Carlos Lopes. Editora: Diva Moreira. 2005. Pg. 19. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/rdhs-brasil/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2000141.html> Acesso em: 28/09/2017

³ IBGE. **Censo Demográfico do IBGE**, 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>. Acesso em 29/05/2017

⁴ IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais** – Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2015, pg. 52. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>. Acesso em 29/05/2017

Para completo entendimento das denominações utilizadas no presente trabalho insta salientar que o IBGE divide a população em brancos, negros, amarelos e indígenas e o grupo dos negros é composto pelos pretos e pardos.

O importante sociólogo brasileiro, Florestan Fernandes, explica que o início dessa ideia do negro como inferior se deu como forma de legitimar e tornar possível a escravidão. Isso porque em um país católico como o Brasil a escravidão só seria tida como razoável criando a ideia de que o negro era inferior e necessariamente subordinado ao branco, do contrário a escravidão não seria possível em um país cristão (1972, pg. 42)⁵. Ainda segundo ele por muito tempo o esforço foi de combater a ideia de que existiria preconceito no Brasil, sem se fazer nada no sentido de melhorar a situação do negro.

O racismo no Brasil é tão verdade e sempre esteve presente que no ano de 1951 foi promulgada a Lei Afonso Arinos (Lei 1390/51 de 3 de julho de 1951), lei pioneira no combate ao problema. Foi proposta por Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990) e promulgada por Getúlio Vargas em 3 de julho de 1951, ela proibiu a discriminação racial no Brasil, classificando como contravenção penal a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber cliente, comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

Curioso destacar trecho da justificativa do deputado ao projeto de lei, dada em 17 de julho de 1950, mas que em nada é anacrônica:

(...) 4 – Urge, porém, que o Poder Legislativo adote medidas convenientes para que as conclusões científicas tenham adequada aplicação na política do Govêrno. As disposições da Constituição Federal e os preceitos dos acordos internacionais de que participamos, referentes ao assunto, ficarão como simples declarações platônicas se a lei ordinária não lhe vier dar fôrças de regra obrigatória de direito. 5 – Por mais que se proclame a inexistência, entre nós, do preconceito de raça, a verdade é que ele existe, e com perigosa tendência a se ampliar (...) é sabido que certas carreiras civis, como o corpo diplomático, estão fechadas aos negros; que a Marinha e a Aeronáutica criam injustificáveis dificuldades ao ingresso de negros nos corpos de oficiais e que outras restrições existem, em vários setores da administração. 6 –

⁵ FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 1 Ed, São Paulo, Difusão européia do livro, 1972.

Quando o Estado, por seus agentes, oferece tal exemplo de odiosa discriminação, vedada pela Lei Magna, não é de se admirar que estabelecimentos comerciais proibam a entrada de negros nos seus recintos (...) 9 – Nada justifica, pois, que continuemos disfarçadamente a fechar os olhos à prática de atos injustos de discriminação racial que a ciência condena, a justiça repele, a Constituição proíbe (...) ⁶

Posteriormente a constituição de 1946 trouxe no seu artigo art. 141. § 5º o seguinte preceito: “não será, porém, tolerada, propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de *preconceitos de raça* ou de classe. Os mesmos dizeres vieram na Constituição de 1967, no artigo 150, parágrafo 8º⁷.

A Constituição vigente, por sua vez, trouxe em seu artigo 5, XLII o seguinte preceito “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.” Em 5 de janeiro de 1989 a criação de Afonso Arinos foi substituída por um texto mais rigoroso, de autoria do deputado Carlos Alberto Oliveira (PDT-RJ). A Lei 7.716 transformou em crime o que era apenas contravenção penal, ampliando as penas para até cinco anos de prisão.⁸

O primeiro indício de uma política de ações afirmativas em favor dos negros foi o projeto de Lei n. 1.332/1983⁹, proposto pelo então deputado federal Abdias do Nascimento, nesse ele propõe uma “ação compensatória”. No entanto, esse projeto foi arquivado A ementa do projeto era a que se segue:

⁶ SILVEIRA, Fabiano Augusto Martins. **Da criminalização do racismo**: aspectos jurídicos e sócio-criminológicos. Editora DelRey. Belo Horizonte, 2007. Pg. 63

⁷ **Art 150 da CRFB de 1967** - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: § 1º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção, de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. O preconceito de raça será punido pela lei.(...)

(...) § 8º - É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição à censura, salvo quanto a espetáculos de diversões públicas, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos independe de licença da autoridade. Não será, porém, tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe.

⁸ “Criada a Lei Afonso Arinos, a primeira norma contra o racismo no Brasil”. **O Globo**, Rio de Janeiro 21/10/2013. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/criada-lei-afonso-arinos-primeira-norma-contra-racismo-no-brasil-10477391#ixzz4uYBL9Ely> Acesso em: 18/10/2017

⁹ BRASIL. **Projeto de lei 1332/1983**. Brasília 14/06/1983. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=190742> Acesso em: 18/10/2017

“Ementa DISPÕE SOBRE AÇÃO COMPENSATÓRIA, VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA SOCIAL DO NEGRO, EM RELAÇÃO AOS DEMAIS SEGMENTOS ÉTNICOS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA, CONFORME DIREITO ASSEGURADO PELO ARTIGO 153, PARÁGRAFO PRIMEIRO, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.”

Anos depois o Brasil foi signatário da Declaração de Durban¹⁰, adotada na conferência mundial sobre o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, realizada em 8 de setembro de 2001 em Durban, África do Sul. Com isso assumiu diante Organização das Nações Unidas (ONU) o compromisso de desenvolver programas de ações afirmativas, conforme trecho que segue:

”Insta os Estados a estabelecerem, com base em informações estatísticas, programas nacionais, inclusive programas de ações afirmativas ou medidas de ação positivas, para promoverem o acesso de grupos de indivíduos que são ou podem vir a ser vítimas de discriminação racial nos serviços sociais básicos (...)” (ONU, 2001, p. 55-56)

Importante conceituar o que seriam as ações afirmativas, essas, segundo Joaquim Barbosa são:

“um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate da discriminação de raça, gênero etc., bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, o, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.” (Gomes, 2001)¹¹.

Diante da realidade histórica supracitada e do fato do princípio da igualdade nortear o sistema jurídico brasileiro nacional, algumas universidades passaram a adotar o sistema das ações afirmativas para os negros e indígenas no início dos anos 2000.

Nesse contexto de concretização da igualdade material e com um ideal de justiça retributiva a primeira universidade federal a adotar o sistema de ações afirmativas foi a

¹⁰ Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Durban, 31/08/2001 a 8/09/2001. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf
Acesso em: 11/10/2017

¹¹ GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**: o direito como instrumento de transformação social. Rio de Janeiro. Renovar. 2001.

Universidade de Brasília (UNB), em 2004, devido a seu pioneirismo e notoriedade será utilizada como parâmetro neste trabalho.

O episódio que motivou a criação da política de cotas na UNB foi o que ficou conhecido como “caso Ari”. Em 1999, Arivaldo Lima, o primeiro estudante negro do doutorado em antropologia da UNB foi reprovado em uma disciplina obrigatória, essa foi a primeira reprovação em 20 anos daquele programa¹². Em 2000, após dois anos de luta, a universidade, através do Cepe, Conselho acadêmico da UnB, reconheceu o erro e anulou a reprovação do estudante podendo este retomar o doutorado.

Nesse momento, fim dos anos 90 e início dos anos 2000, a desigualdade era evidente, primeiramente pelos números estatísticos já sucintamente apresentados e também por casos com o do Ari Lima que mesmo qualificado sofreu essa reprovação no curso de doutorado. Diante disso, houve um amadurecimento das discussões no sentido de entender que o motivo dessa desigualdade era em grande parte devido à discriminação racial.

O pedido de implementação das cotas raciais na UNB se deu em novembro de 1999 com a apresentação de proposta de cotas raciais no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) pelos professores José Jorge de Carvalho e Rita Laura Segato da antropologia. Em uma entrevista a uma revista da USP o professor José Carvalho conta o que motivou a apresentação da proposta:

“JJC: A proposta de cotas que formulamos para a UnB em 1999 foi uma resposta política ao trauma provocado pelo chamado “Caso Ari”, episódio que já começa a fazer parte da história da antropologia brasileira. (...) Resumindo o que o próprio entrevistador Ari Lima pode fazer muito melhor que eu, Ari foi o primeiro aluno negro do nosso Doutorado após vinte anos do programa e foi logo reprovado em uma disciplina obrigatória no primeiro semestre. A questão é que, em vinte anos, ninguém havia sido reprovado naquela disciplina. A luta de Ari por revisar a sua nota e por manter-se no programa foi a inspiração e intuição para que Rita Segato e

¹² Documentário “**Sob o Signo da Justiça** - a luta pelas cotas na Universidade de Brasília”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tVTAKUck3mc> acesso em: 23/08/2017

eu formulássemos, em novembro de 1999, uma proposta de cotas para negros na UnB.” (CARVALHO, 2010)¹³

Após 4 anos de análise, e com apoio quase exclusivo de alunos, não tendo parte significativa do corpo docente se manifestado, segundo os relatos do professor José Carvalho, em 6 de junho de 2003 houve a aprovação do plano de metas para integração social, ética e racial, se tornando a UNB a primeira universidade federal a adotar o sistema de cotas, sendo 20% das vagas destinadas para candidatos negros. A implementação das cotas se deu da seguinte forma:

“III. Caminhos para a Implementação:

1. Será nomeada uma Comissão para Implementação do Plano de Metas, a ser constituída pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e integrada por membros do CEPE.
2. Paralelamente aos trabalhos da Comissão, a UnB realizará uma campanha de publicidade nas escolas do Distrito Federal, onde estudam a maioria esmagadora dos potenciais candidatos para as propostas de ação afirmativa e que geralmente desconhecem o funcionamento da universidade devido à alta segregação espacial e social existente no Distrito Federal. Com essas três ações, a UnB intensificará um processo de integração racial, étnica e social no seio da sua população discente, atualmente extremamente elitizada.
3. Para fins de acompanhamento do processo de integração racial, será introduzido o quesito cor, tanto por auto-classificação como segundo as categorias do IBGE, nas fichas de inscrição ao vestibular e nas fichas de registro dos candidatos aprovados.”¹⁴

Inicialmente a UNB utilizou como parâmetro de análise da veracidade na afirmação quanto à raça uma análise de fotos dos candidatos, as fotos mostravam os indivíduos na mesma posição, segurando um número de identificação e um grupo de 5 pessoas, cujos nomes foram mantidos em sigilo, deveria analisá-las e concluir, a partir das características físicas se a pessoa era ou não negra, da decisão caberia recurso e caso o candidato não fosse aceito, nas vagas destinadas aos negros, passava automaticamente a concorrer às vagas do sistema universal.

Esse sistema causou muita polêmica, alguns grupos questionaram se a aferição da veracidade das informações deveria se dar através de mera análise fenotípica e, ainda, se uma foto seria suficiente. Essas discussões se acaloraram quando em 2007 ocorreu o caso dos

¹³ Cadernos de campo, São Paulo, n. 19, p. 207-227, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/44985/48597> Acesso em: 23/08/2017

¹⁴ UNB. Plano de metas para integração social, ética e racial da Universidade de Brasília. 2003

gêmeos univitelinos, Alex e Alan Teixeira da Cunha Eles se inscreveram no vestibular, em 2007, e, depois de analisadas fotos dos dois, Alan foi aceito na seleção das cotas e Alex não.

O caso gerou muita comoção na mídia e evidenciou a fragilidade do sistema e levou à UNB voltar atrás na sua decisão quanto aos gêmeos concedendo o direito a concorrer nas vagas de negros aos dois, mudou também de decisão quanto a forma de aferição da veracidade das informações.

A partir do 1º semestre de 2008, houve a mudança para o sistema de entrevista, nessa o candidato se inscreve para o sistema de cotas e, após a realização das provas, deve comparecer para uma entrevista pessoal com uma banca avaliadora, previamente constituída.

A pioneira política da UNB foi questionada na ADPF 186, interposta em julho de 2009, a qual o partido democratas – DEM – fundamenta utilizando-se do princípio da igualdade subvertendo, assim, a ideia dos direitos fundamentais, utilizando-se desses para buscar restringir direitos.

O princípio da igualdade preceituado na constituição federal diz respeito a uma igualdade material, tanto é que por diversas vezes nossa carta magna quebra com uma igualdade meramente formalista, por exemplo, quando confere às mulheres o direito de se aposentar antes do que os homens. Ou quando garante a professores do ensino básico uma aposentadoria com tempo e idade inferiores. Ou, ainda, quando admite ação afirmativa para portadores de deficiência no caso do artigo 37, VIII da CRFB que determina que lei estabelecerá percentual mínimo dos cargos público a portadores de deficiência¹⁵.

Ou seja, a própria constituição federal trata de uma quebra na igualdade meramente formal pelo menos em dois momentos, quando trata de dois grupos minoritários, em relação às mulheres e pessoas com deficiência. Ainda assim, as ações afirmativas de cunho étnico-racial geram demasiado questionamento e oposição.

¹⁵ **CRFB/88.** Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

É certo que o princípio da igualdade está expresso no caput do artigo 5º da Constituição Federal e foi ponto norteador da histórica decisão da ADPF 186, em tal decisão ficou mais uma vez evidenciado pela corte que o caput do artigo 5º não se presta tão somente a proclamar solenemente a igualdade formal de todos diante da lei. O referido artigo busca dar concretude ao princípio da igualdade garantindo, portanto a igualdade material¹⁶, respeitando, assim as diferenças, inclusive históricas, dos indivíduos.

Não levar em consideração as diferenças que distinguem os indivíduos implica injustiça. Para levar em consideração as diferenças o estado pode se utilizar de ações afirmativas pontuais e por tempo limitado, assim, as ações afirmativas visam permitir a superação das desigualdades históricas, conforme ressalta o Relator Ricardo Lewandowski em seu voto na ADPF 186. O relator explica seu ponto a partir de citações da autora Daniela Ikawa, grandes estudiosa do tema, que segue:

“O princípio formal de igualdade, aplicado com exclusividade, acarreta injustiças (...) ao desconsiderar diferenças em identidade. (...)”

Apenas o princípio da igualdade material, prescrito como critério distributivo, percebe tanto aquela igualdade inicial, quanto essa diferença em identidade e contexto. Para respeitar a igualdade inicial em dignidade e a diferença, não basta, portanto, um princípio de igualdade formal.

(...)

O princípio da universalidade formal deve ser oposto, primeiro, a uma preocupação com os resultados, algo que as políticas universalistas materiais abarcam. Segundo deve ser oposto a uma preocupação com os resultados obtidos hoje, enquanto não há recursos suficientes ou vontade política para a implementação de mudanças estruturais que requerem a consideração do contexto, e enquanto há indivíduos que não mais podem ser alcançados por políticas universalistas de base, mas que sofreram os efeitos, no que toca à educação, da insuficiência dessas políticas. São necessárias, por conseguinte, também políticas afirmativas. (...) As políticas universalistas materiais e as políticas afirmativas têm (...) o mesmo fundamento: o princípio constitucional da igualdade material. São, contudo, distintas no seguinte sentido. Embora ambas levem em consideração os resultados, as políticas universalistas materiais, diferentemente das ações afirmativas, não tomam em conta a posição relativa dos grupos sociais entre si”.¹⁷

¹⁶

STF.

Informativo

633.

Disponível

em:

<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo663.htm> Acesso em 21/08/2017

¹⁷

ADPF 186. **Inteiro teor do voto do relator Ricardo Lewandowski.** Pg. 6. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF186RL.pdf> Acesso em: 21/09/2017

Ainda segundo o voto do relator na referida ação o texto constitucional visa estabelecer diversos instrumentos jurídicos para conferir plena efetividade dos direitos e garantias fundamentais, ou seja, ir além do mero discurso. Visa promover a inclusão social dos grupos excluídos e marginalizados. Ainda segundo os defensores da medida o artigo 207 da CF legitima as cotas, uma vez que confere às universidades autonomia didático-científica.¹⁸

Nesse sentido, acertadamente, em 2012 o STF, julgou constitucional a política de ações afirmativas da UNB. E, ainda em 2012, o governo federal editou a lei nº 12.711 que estabeleceu o sistema de cotas para todo o país.

Mais recentemente, em 2016, foi proposta a Ação Declaratória de Constitucionalidade 41, visando a declaração de constitucionalidade da lei 12.990/14 que reservou aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos no âmbito da administração federal. No dia 8 de junho de 2017 o tribunal por unanimidade julgou procedente o pedido, para fins de declarar a integral constitucionalidade da Lei nº 12.990/2014, sendo interessante, ainda, que a decisão considerou legítima a autodeclaração, bem como a utilização de critérios subsidiários de heteroidentificação, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa.

No mesmo sentido a Orientação Normativa nº. 3, de 1o. de agosto de 2016, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, representou uma mudança de paradigma e interpretação. A referida orientação normativa dispunha sobre regras de aferição da veracidade da auto declaração prestada por candidatos negros para fins do disposto na Lei nº 12.990/14, ficou estabelecido em seu artigo 1, § 1º: “as formas e critérios de verificação da veracidade da auto declaração deverão considerar, tão somente, os aspectos fenotípicos do candidato, os quais serão verificados obrigatoriamente com a presença do candidato.”

¹⁸ **CRFB/88.** Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Não obstante ainda há muitas incertezas e dúvidas na sociedade, no âmbito acadêmico e, também, jurídico quando os assuntos são as fraudes, não havendo ainda precisão quanto aos melhores meios de evitá-las.

Nesse sentido, o presente trabalho se presta a analisar primeiramente os pontos principais objeto de críticas nas políticas de ações afirmativas de cunho racial e, em seguida, analisar em que medida o modelo de entrevista pessoal com banca homologadora das inscrições é um método eficaz e legítimo no combate às fraudes.

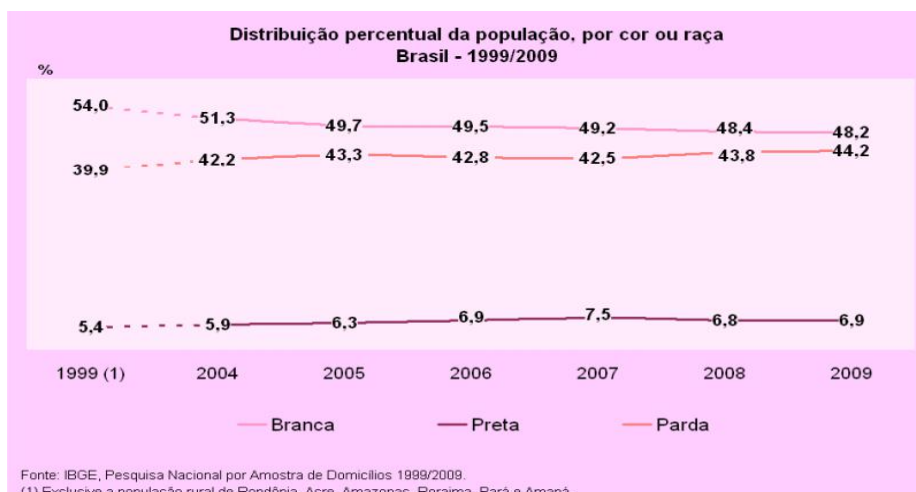
ANÁLISE ESTATÍSTICA

Para entender a problemática da justiça social no que tange à questão de raça é importante se debruçar sobre os dados estatísticos a respeito do tema. Isso porque há diversos estudos que mostram como a situação do negro e do branco é bastante diferente no Brasil, o que justifica a necessidade de tratamento diferenciado entre esses dois grupos visando, assim, igualar essa situação.

Na Síntese de indicadores Sociais – uma análise sobre a condição de vida da população brasileira, de 2016, vemos que no campo da distribuição da população por cor ou raça, em 2015, mais da metade (**53,9%**) das pessoas se declararam de cor ou raça **preta ou parda**, enquanto o percentual das que se declararam **brancas** foi de **45,2%**¹⁹. O mesmo censo, porém de 2010, apresenta quadro comparativo com o percentual e demonstra um leve aumento de pessoas se declarando pretas ou pardas o que o IBGE atribui à recuperação da identidade racial.

Gráfico 1:

¹⁹ IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais** – Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2016, pg. 17.
Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf> Acesso em 05/09/2017



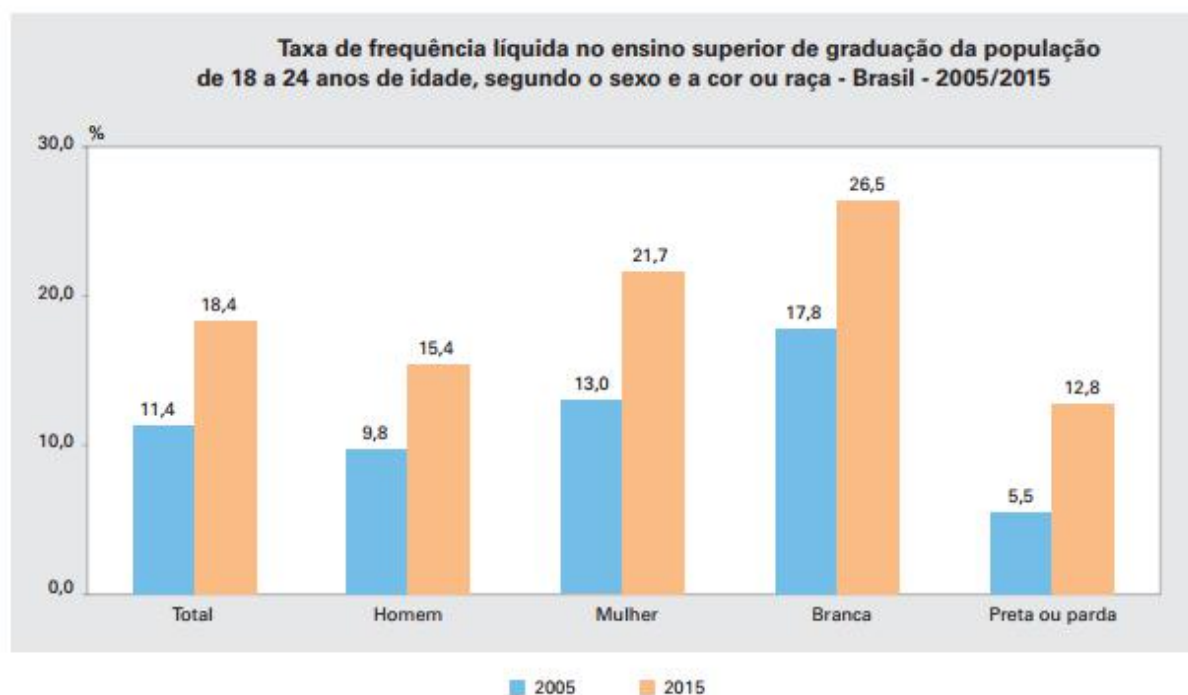
20

Dado de extrema relevância para o presente trabalho diz respeito à quantidade de **pretos e pardos** entre 18 e 24 anos que frequentam o **ensino superior** é de **12,8%** em 2015, inferior à dos **brancos**, que era de **26,5%**, conforme gráfico abaixo²¹. Apesar desses dados já representarem um aumento considerável com relação ao ano de 2005 esse aumento foi inferior ao da população branca o que demonstra que o aumento, na realidade, foi da quantidade de pessoas com acesso ao ensino de nível superior de uma forma geral o que não representou uma menor disparidade proporcional entre brancos e negros. Tendo, inclusive, a diferença percentual entre esses dois grupos aumentado, isso porque, a diferença percentual entre brancos e negros em 2005 era de 12,3% e em 2015 a diferença passou a ser de 13,7%.

Gráfico 2:

²⁰ IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais** – Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2010, pg. 10 Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000144.pdf> Acesso em 15/10/2017

²¹ IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais** – Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2016, pg. 62. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf> Acesso em 05/09/2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2015.

Portanto comparando esses dois primeiros dados já é possível perceber que, apesar da população autodeclarada preta ou parda ser maior que a branca, o acesso ao nível superior é inferior.

Passando a analisar a questão da autodeclaração e quais fatores são levados em consideração nessa aferição, temos os dados do estudo realizado pelo IBGE em 2008 intitulado “Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça”, no qual pode-se notar que o critério utilizado pelas pessoas para definirem a sua própria cor ou raça é a origem familiar dos antepassados, cor da pele e traços físicos, nessa ordem, conforme demonstrado na tabela abaixo²², retirada do referido estudo.

Tabela 1:

²² IBGE. **Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça**, 2008, pg 48. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49891.pdf> Acesso em: 05/09/2017

**Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça ,
segundo as Unidades da Federação selecionadas e as dimensões pelas quais
definem a própria cor ou raça - 2008**

Unidades da Federação selecionadas e dimensões pelas quais definem a própria cor ou raça	Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça (%)							
	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela	Indígena	Outras
Total								
Cultura, tradição	23,6	24,9	27,2	23,9	26,5	41,1	44,7	25,3
Traços físicos (cabelo, boca, nariz, etc.)	55,3	50,9	54,7	56,5	54,6	47,4	66,9	42,0
Origem familiar, antepassados	62,9	59,3	60,4	61,0	43,7	71,7	67,4	64,5
Cor da pele	75,6	75,1	75,2	75,5	83,1	51,8	50,1	55,0
Opção política/ideológica	2,5	3,4	3,4	2,1	3,9	5,7	1,1	3,6
Origem socioeconômica ou de classe social	12,4	12,6	16,8	16,8	16,6	15,9	2,9	12,6
Outra	0,6	0,5	1,7	1,4	1,3	0,9	1,1	1,9

Há diversos dados que comprovam que a situação do negro no cenário brasileiro é muito diferente que a do branco, por exemplo, o Relatório de Desenvolvimento Humano feito pela ONU em 2005 trouxe o dado estarrecedor de que, em 2000, a população branca do Brasil apresentava um IDH-M de 0,814, enquanto o IDH-M da população negra era de 0,703. Caso formassem uma nação à parte, os brancos, com um nível de desenvolvimento humano alto (acima de 0,800), ficariam na *44ª posição no ranking* do IDH das nações, entre Costa Rica e Kuwait, segundo o RDH global de 20021 .A população negra, com um nível de desenvolvimento humano médio (entre 0,500 e 0,799), teria IDH-M compatível com a *105ª posição* – entre El Salvador e Moldávia. A distância entre brancos e negros, portanto, seria enorme: 61 posições no ranking do IDH mundial.²³

O mesmo documento traz ainda os seguintes dados que mostram que a esperança de vida, renda per capita, taxa de alfabetização dos negros é inferior à dos brancos desde 1980 até 2000:

Tabela 2:

²³ UNPD. **Relatório de Desenvolvimento Humano** - Brasil, 2005, Pg. 59. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/rdhs-brasil/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2000141.html> Acesso em: 05/09/2017

• Valor e relação percentual entre os indicadores do IDH-M da população, por cor/raça autodeclarada
– Brasil, 1980, 1991 e 2000

Indicador	1980			1991			2000		
	Negra	Branca	NB* (%)	Negra	Branca	NB (%)	Negra	Branca	NB (%)
Esperança de vida	56,98	60,91	93,55	61,79	66,07	93,52	66,15	71,53	92,48
Renda <i>per capita</i>	132,52	341,71	38,78	128,88	316,41	40,73	162,75	406,53	40,03
Taxa de alfabetização	62,12	83,85	74,09	70,82	87,65	80,79	80,32	91,22	88,06
Taxa bruta de frequência	45,31	57,49	78,82	58,25	69,60	83,69	78,97	84,88	93,04

Outro dado bastante significativo é a taxa de homicídios de brancos e amarelos que é significativamente inferior à dos pretos e pardos: a probabilidade de ser assassinado é quase o dobro para os pardos e 2,5 vezes maior para os pretos. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes para a população negra (pretos e pardos) é de 46,3 (1,9 vez a dos brancos). Entre os pretos brasileiros, os números são piores que os da população da Colômbia, país que enfrenta longa guerra civil, num cenário agravado pela forte presença do narcotráfico e onde a taxa de assassinatos em 2004 era de 44,15 por 100 mil habitantes, segundo os dados da Presidência da República da Colômbia²⁴.

Tabela 3:

Taxa de homicídios na população por 100 mil habitantes por sexo, idade e cor/raça, em 2001

Faixa etária	Masculino			Feminino		
	Branca	Preta	Parda	Branca	Preta	Parda
Até 9 anos	1,0	0,9	1,3	1,1	1,0	0,9
de 10 a 14 anos	4,2	9,7	7,7	1,7	2,3	2,7
de 15 a 19 anos	64,8	152,5	123,3	6,6	11,5	9,9
de 20 a 24 anos	102,3	218,5	185,4	6,6	13,2	10,3
de 25 a 29 anos	96,5	177,2	163,6	7,6	15,2	11,2
de 30 a 39 anos	69,8	120,5	112,5	5,9	12,1	8,4
de 40 a 49 anos	49,4	67,9	75,4	4,7	7,3	6,6
de 50 a 59 anos	35,0	42,3	46,3	3,9	3,8	2,9
60 anos ou mais	22,9	16,5	25,7	4,7	3,2	4,0

Fontes: IBGE e www.datasus.gov.br.

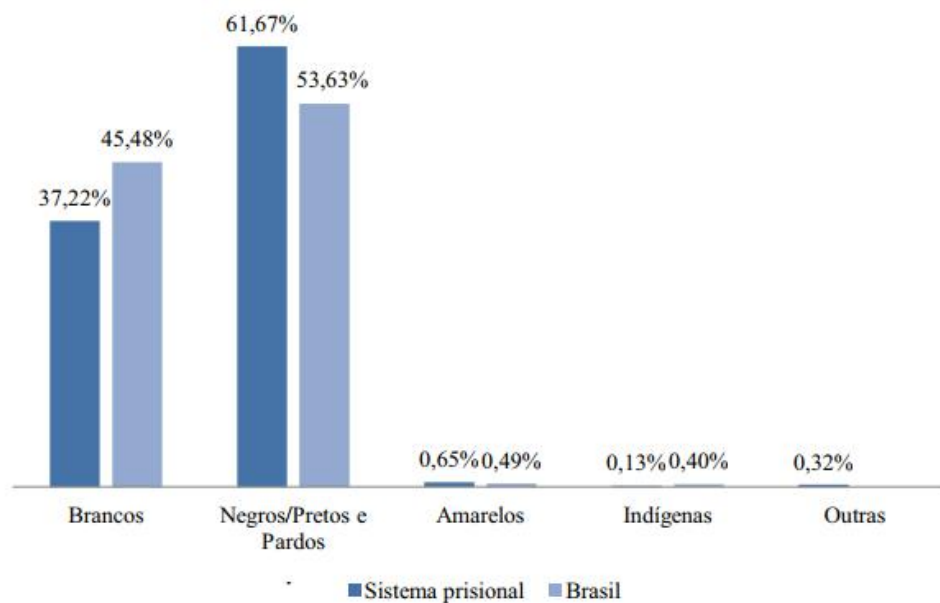
Obs.: Nesta análise não estão incluídos os Estados de Alagoas, Piauí, Paraíba, Bahia, Ceará, Sergipe e Espírito Santo, em que a cor/raça de mais de 15% das vítimas não foi identificada.

²⁴ UNPD. **Relatório de Desenvolvimento Humano** - Brasil, 2005, Pg. 88. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/rdhs-brasil/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2000141.html> Acesso em: 05/09/2017

Segundo dados do Infopen, em 2014, a população carcerária era de **61,67%** formada por **negros** e **37,22%** por **brancos**.²⁵ Contrastando esses números com dados respeito da quantidade de juízes do poder judiciário nota-se que ingressam na magistratura mais de **80 %** de magistrados **brancos** e menos de **20%** de **negros**²⁶.

Gráfico 3:

Percentual da população por raça e cor no sistema prisional e na população geral



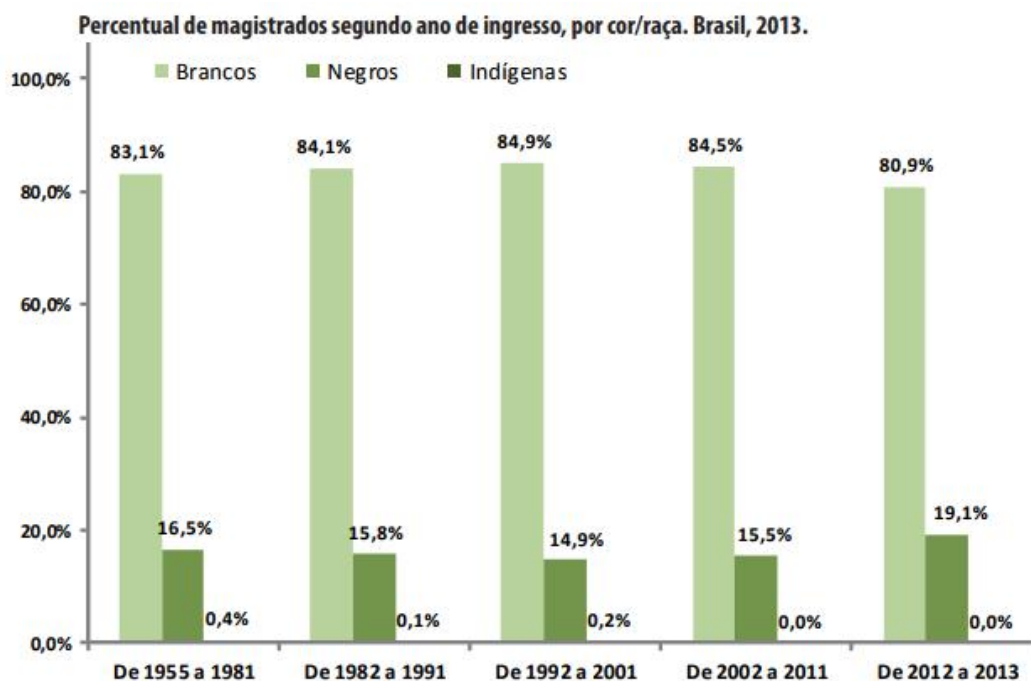
*Não é possível recortar o perfil racial da população brasileira por faixa etária na PNAD.

**O questionário preenchido pelas unidades penitenciárias trabalha com a categoria "Negros", enquanto a PNAD usa "Pretos". Para fins de comparação, intuiu-se que se trata da mesma categoria.

Gráfico 4:

²⁵ INFOPEN. **Levantamento Nacional de informação penitenciária**. 2014. Disponível em: http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf Acesso em: 15/09/2017

²⁶ CNJ. **Censo do Poder Judiciário**. 2014, Pg. 39. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/dpj/CensoJudiciario.final.pdf> Acesso em: 16/09/2017



Por fim, para fins de comparação, seguem dados estatísticos de 1950 do livro de Florestan Fernandes “O negro no mundo dos brancos”. Essa primeira tabela (tabela 4) demonstra que o número de brancos era superior ao atual o que pode significar que o processo de miscigenação se intensificou com o passar dos anos e, ainda, pode significar que um número maior de pessoas passou a se declarar pardos, a época ainda chamados de mulatos, ou pretos.

A segunda tabela (tabela 5), por sua vez, demonstra que a escolaridade do branco era substancialmente superior a dos pardos e pretos em todos os níveis de ensino.

Tabela 4:

População Brasileira, segundo as Regiões Fisiográficas e a Cor
1950 (Recenseamento Geral)

Regiões Fisiográficas	COR					Total
	Branços	Mulatos	Negros	Amarelos	Cor não Declarada	
Norte	577 329 31%	1 171 352 63,5%	90 061 5%	1 446 0,07%	4 467 0,2%	1 844 655 100%
Nordeste	5 753 697 46%	5 339 729 42,7%	1 374 899 11%	216 0,002%	25 936 0,2%	12 494 477 100%
Leste	9 878 386 52,8%	6 007 294 31,7%	2 959 423 15,6%	5 967 0,03%	41 937 0,2%	18 893 007 100%
Sul	14 836 496 87%	696 956 4%	1 093 887 6,5%	316 641 2%	31 313 0,2%	16 975 293 100%
Centro-Oeste	981 753 56,5%	571 411 32,3%	174 387 10%	4 812 0,3%	4 602 0,3%	1 736 965 100%
Brasil	32 027 661 61,6%	13 786 742 26,6%	5 692 657 11%	329 082 0,6%	108 255 0,2%	51 944 397 100%

* Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Conselho Nacional de Estatística, *Recenseamento Geral do Brasil* (1.º-VII-1950), Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1956 (Volume I, p. 5).

27

Tabela 5:

Diplomados com 10 anos e mais na População Brasileira, segundo a cor
— 1950 *

Cor	CURSOS REALIZADOS		
	Elementar	Médio	Superior
Branços	4 523 535 84,10%	928 905 94,22%	152 934 96,87%
Mulatos	551 410 10,25%	41 410 4,20%	3 568 2,26%
Negros	228 890 4,26%	6 794 0,69%	448 0,28%
Amarelos	74 652 1,39%	8 744 0,89%	924 0,59%
Total	5 378 487 100%	985 853 100%	157 874 100%

Fonte: *Op. cit.*, vol. I, p. 24.

* Foram omitidas as respostas sem declaração de cor e de grau de ensino.

28

²⁷ FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. Pg. 57. 1 Ed, São Paulo, Difusão européia do livro, 1972.

²⁸ _____. pg 59.

2.1. ANÁLISES ESTATÍSTICAS DA UNB

Agora passa-se a analisar dados estatísticos do vestibular da UNB, faculdade que servirá de paradigma no presente trabalho. Segundo os dados da Análise do Sistema de Cotas para Negros na Universidade de Brasília, 2013, do segundo semestre de 2004 ao primeiro semestre de 2013, 64.683 candidatos se inscreveram no vestibular da UnB pelo sistema de cotas para negros.

No primeiro momento de vigência do sistema, do 2º semestre de 2004 ao 2º semestre de 2007, em que a aferição das informações era feita por meio de análise de uma foto, 26.802 candidatos concorreram por esse sistema. No segundo momento, do 1º semestre de 2008 ao 1º semestre de 2013, quando foi instituída a entrevista pessoal com uma banca avaliadora, foram 37.881 candidatos. Considerando-se os dois momentos, foram homologados 34.679 candidatos no sistema de cotas para negros, o que corresponde a aproximadamente 53,6% do total de inscritos.

Tabela 6:

Candidatos inscritos pelo sistema de cotas para negros e homologados, desde 1º/2004 até 2º/2007 (período em que a análise era feita por meio da foto do candidato)

	NÚMERO DE INSCRITOS	NÚMERO DE HOMOLOGADOS	PORCENTAGEM APROXIMADA DE HOMOLOGADOS	Porcentagem de homologados
				0 20% 40% 60% 80% 100%
2º vestibular de 2004	4385	4194	96%	
1º vestibular de 2005	4913	4300	88%	
2º vestibular de 2005	3816	2241	59%	
1º vestibular de 2006*	2454	2473	101%	
2º vestibular de 2006	3901	2006	51%	
1º vestibular de 2007	3660	1831	50%	
2º vestibular de 2007	3673	2228	61%	

* No primeiro semestre de 2006 não foi possível saber o quantitativo correto de inscritos e os 19 candidatos homologados a mais se referem aos candidatos de presídios, onde o processo de inscrição foi separado (dados da Coordenadoria de Tecnologia do CESPE/UNB).

29

Tabela 7:

Candidatos inscritos e homologados pelo sistema de cotas para negros a partir de 2008 (período em que a análise era feita por meio de entrevista pessoal)

	NÚMERO DE INSCRITOS	NÚMERO DE HOMOLOGADOS	PORCENTAGEM APROXIMADA DE HOMOLOGADOS	0 20% 40% 60% 80% 100%
1º vestibular de 2008	4083	1136	28%	
2º vestibular de 2008	2713	1259	46%	
1º vestibular de 2009	3262	901	28%	
2º vestibular de 2009	3416	1291	38%	
1º vestibular de 2010	3577	1117	31%	
2º vestibular de 2010	3339	1522	46%	
1º vestibular de 2011	3815	1590	42%	
2º vestibular de 2011	3702	2045	55%	
1º vestibular de 2012	3933	1693	43%	
2º vestibular de 2012	3032	1617	53%	
1º vestibular de 2013	3009	1235	41%	

30

A tabela a seguir demonstra a quantidade de faltosos na entrevista para aferição da autodeclaração. Fica evidente que após a alteração do formato de análise de fotografia para entrevista a quantidade de faltas subiu consideravelmente.

Tabela 8:

em http://unb2.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/index/reatorio_sistema_cotas.pdf acesso em 02/10/2017

30



31

Para se verificar os motivos para o alto número de ausentes à entrevista para homologação da inscrição pelo sistema de cotas para negros foi organizada uma entrevista por telefone, a resposta dada pelos entrevistados segue a baixo:

Tabela 9:

³¹ UNB. **Análise do Sistema de Cotas Para Negros da Universidade de Brasília** - Período: 2º semestre de 2004 ao 1º semestre de 2013. 2013, Pg. 8. Disponível em http://unb2.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/index/realtorio_sistema_cotas.pdf acesso em 02/10/2017

Dados dos inscritos pelo sistema de cotas para negros que não compareceram à entrevista de homologação da inscrição

MOTIVO ALEGADO PARA A AUSENCIA À ENTREVISTA	QUANTITATIVO	PORCENTAGEM
Perda da data	234	57,10
Desistência do sistema de cotas	80	19,50
Reprovação nas provas objetivas	28	6,80
Inscrição errada como cotista	22	5,30
Outras razões	22	5,30
Trabalho	18	4,39
Questões socioeconômicas	6	1,46
TOTAL	410	100

32

Dados estatísticos também são importantes para demonstrar que os estudantes negros que ingressaram por meio de cotas mantêm percentual de desligamento/formatura semelhante ao dos estudantes que ingressaram pelo sistema universal e, da mesma forma, mantêm rendimento médio em números semelhantes.

A nível de exemplificação seguem duas tabelas encontradas na Análise do Sistema de Cotas Para Negros da Universidade de Brasília- Período: 2º semestre de 2004 ao 1º semestre de 2013, não obstante esse documento conte com outras diversas tabelas mostrando os rendimentos em diversos outros cursos.

A primeira tabela mostra o desempenho dos alunos em cursos de Ciências Exatas e a segunda em Ciências Humanas. Ambas comprovam que o percentual de alunos formados e a média do IRA é semelhante entre os alunos de cotas para negros e os alunos do sistema universal. Cumpre explicar que IRA é o Índice de Rendimento Acadêmico médio dos

³² UNB. Análise do Sistema de Cotas Para Negros da Universidade de Brasília - Período: 2º semestre de 2004 ao 1º semestre de 2013. 2013, Pg. 8. Disponível em http://unb2.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/index/realtorio_sistema_cotas.pdf acesso em 02/10/2017

formados. Cabe destacar que o IRA médio final representa a média do IRA dos estudantes formados naquele curso no sistema indicado e a escala do IRA varia de 0,0 a 5,0.

Tabela 10:

Dados dos cursos de Ciências Exatas, no período entre o 2º/2004 e o 2º/2012

CURSO	SISTEMA	TOTAL DE MATRÍCULAS	DESLIGADOS	FORMADOS	PORCETAGEM DE DESLIGADOS	PORCETAGEM DE FORMADOS	IRA MÉDIO DOS FORMADOS
Computação	Cotas para negro	90	34	17	38	19	3,22
Computação	Universal	424	171	67	40	16	3,43
Estatística	Cotas para negro	62	20	13	32	21	3,56
Estatística	Universal	305	68	85	22	28	3,70
Física	Cotas para negro	135	69	8	51	6	3,49
Física	Universal	677	292	102	43	15	3,50
Geologia	Cotas para negro	72	13	19	18	26	3,27
Geologia	Universal	299	46	79	15	26	3,27
Matemática	Cotas para negro	151	72	33	48	22	3,37
Matemática	Universal	740	341	135	46	18	3,49
Química	Cotas para negro	136	36	44	26	32	3,55
Química	Universal	686	205	160	30	23	3,57

33

Tabela 11:

Dados dos cursos de Ciências Humanas, período do 2º/2004 ao 2º/2012

CURSO	SISTEMA	TOTAL DE MATRÍCULAS	DESLIGADOS	FORMADOS	PORCETAGEM DE DESLIGADOS	PORCETAGEM DE FORMADOS	IRA MÉDIO DOS FORMADOS
Ciência Política	Cotas para negro	115	16	47	14	41	3,19
Ciência Política	Universal	474	75	164	16	35	3,37
Ciências Sociais	Cotas para negro	171	44	37	26	22	3,75
Ciências Sociais	Universal	766	211	150	28	20	3,92
Filosofia	Cotas para negro	60	19	10	32	17	3,79
Filosofia	Universal	442	155	46	35	10	3,95
Geografia	Cotas para negro	80	16	23	20	29	3,70
Geografia	Universal	342	80	94	23	27	3,74
História	Cotas para negro	112	28	32	25	29	3,70
História	Universal	579	137	103	24	18	3,87
Pedagogia	Cotas para negro	262	43	106	16	40	4,23
Pedagogia	Universal	1198	282	402	24	34	4,26
Psicologia	Cotas para negro	110	9	32	8	29	4,54
Psicologia	Universal	439	54	131	12	30	4,47
Relações Internacionais	Cotas para negro	113	13	45	12	40	3,88
Relações Internacionais	Universal	451	41	197	9	44	4,15

34

Por fim, segue a análise estatística da quantidade de vagas disponíveis no vestibular da UNB de 2017, que é a mesma dos últimos vestibulares, para cada grupo de indivíduos com suas especificidades.

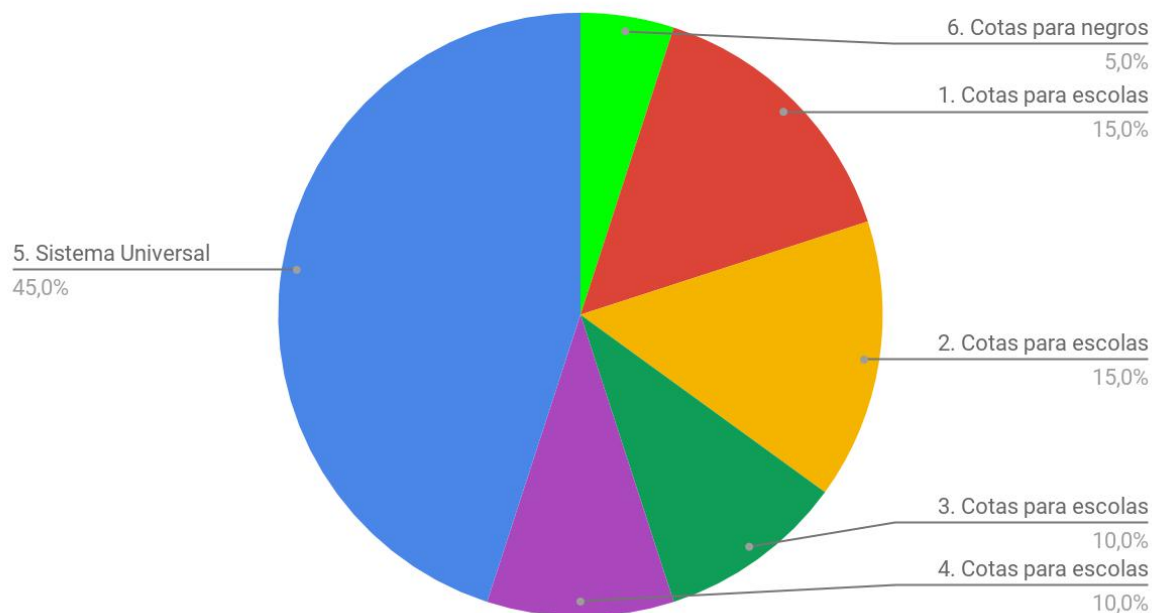
Com a análise do gráfico a seguir se conclui que o percentual de vagas apenas para negros em estar associado a nenhum outro critério atualmente é bastante reduzido, apenas 5%, nos 10 primeiros anos de vigência das cotas era de 20%. Ainda são necessárias vagas apenas para negros, pois conforme será desenvolvido ao longo do presente trabalho a ausência de negros nos espaços se dá não apenas pelo fato desse grupo ser muitas vezes também possuir menor poder aquisitivo, conforme dados dos censos do IBGE comprovam, mas também porque há o

³⁴ UNB. **Análise do Sistema de Cotas Para Negros da Universidade de Brasília** - Período: 2º semestre de 2004 ao 1º semestre de 2013. 2013, Pg. 14. Disponível em http://unb2.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/index/realtorio_sistema_cotas.pdf acesso em 02/10/2017

preconceito, o racismo. Sendo assim, diversos são os motivos para o negro não ter acesso ao ensino e a diversos espaços na sociedade, portanto, diversas devem ser as formas de abarcar esses diferentes problemas que geram a mesma carência de acesso.

Gráfico 5:

Distribuição percentual de vagas no vestibular de 2017 da UNB



35

1. Cotas para escolas públicas com renda $\leq 1 \frac{1}{2}$ salário mínimo
2. Cotas para escolas públicas com renda $\geq 1 \frac{1}{2}$ salário mínimo
3. Cotas para escolas públicas com renda $\leq 1 \frac{1}{2}$ salário mínimo + candidato negro
4. Cotas para escolas públicas com renda $\geq 1 \frac{1}{2}$ salário mínimo + candidato negro
5. Sistema Universal
6. Cotas para negros

Essa divisão nas cotas para escolas públicas bem como esse percentual se deu por imposição da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, anteriormente 20% das vagas iam para candidatos negros independente de renda ou origem escolar. A UNB no documento que analisa o sistema de cotas - 2013 -, em sua conclusão, se mostra contrária a maneira que a lei trouxe a política. Isso porque, as vagas reservadas para negros pobres que não forem preenchidas não serão ofertadas aos negros de classe média, mas aos brancos pobres e as vagas reservadas para negros de classe média que não forem preenchidas não serão ofertadas para os negros pobres, mas para os brancos de classe média. Além disso, ressaltam que essa lei traz diversas separações, por exemplo, entre o negro pobre o negro de classe média. E completa:

``Olhando este quadro mais de perto, os estudantes negros de classe média enfrentarão uma nova dificuldade de ingresso no ensino superior, pois na medida em que as vagas foram divididas em duas partes iguais, é muito provável que os 50% de vagas dedicadas à concorrência geral sejam colonizadas inteiramente pelos brancos de classe média e alta que estudaram nas escolas particulares mais preparadas para esse tipo de competição. Diante dessa realidade, a classe média negra tenderá a concentrar-se na escola pública para evitar uma concorrência numérica desvantajosa com os brancos mais ricos, muito mais competitivos, e que são maioria absoluta nas escolas particulares. Em tal cenário, toda a juventude negra estudará na escola pública e será forçada a competir entre si, separada em dois grupos cada vez mais intransponíveis: os negros pobres competirão apenas com os negros pobres e os negros de classe média competirão apenas com os negros de classe média.``

Na Análise do Sistema de Cotas Para Negros da Universidade de Brasília Período: 2º semestre de 2004 ao 1º semestre de 2013 há, ainda, dados que demonstram que o quantitativo de pretos e pardos na UNB, em 2012, estava se aproximando do quantitativo na população brasileira. No mesmo documento, em sua conclusão (pg. 37) há a informação de que o total de 41% de estudantes negros que a UnB incluiu, em 2012, é mais do que o dobro do que ela incluía no ano 2000, antes da implantação das cotas.

Tabela 12:

Dados comparativos da população do Brasil, do Distrito Federal e da UnB.

COR OU RAÇA	BRASIL		DISTRITO FEDERAL		UnB (1/2009 A 2/2012) ¹		UnB (2009 A 2012) ²	
	População	Porcentagem	População	Porcentagem	População	Porcentagem	População	Porcentagem
Branca	91.051.646	47,73	1.084.418	42,19	89.110	42,43	8.847	46,73
Preta	14.517.961	7,61	198.072	7,71	27.151	12,93	2.612	13,80
Amarela	2.084.288	1,09	41.522	1,62	9.558	4,55	758	4,00
Parda	82.277.333	43,13	1.239.882	48,24	67.225	32,01	5.166	27,28
Indígena	817.963	0,43	6.128	0,24	3.561	1,70	266	1,40
Sem declaração	6.608	0,00	138	0,01	13.420	6,39	1.285	6,79
Total	190.755.799	100	2.570.160	100	210.025	100	18.934	100

Fontes: IBGE - Censo Demográfico de 2010 e CESPE/UnB

1 Os resultados da UnB correspondem a todos os inscritos no PAS no Vestibular de 1/2009 a 2/2012.

2 Os resultados da UnB correspondem a todos os aprovados no PAS e no Vestibular entre os anos 2009 e 2012.

36

Parte II

3. O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Nesse ponto o presente trabalho passa a adentrar nos principais argumentos que são usados para deslegitimar as cotas raciais. Sem a intenção de exaurir o tema ou de apontar verdades absolutas, mas apenas contrapor algumas ideias que vão sendo disseminadas e representam verdadeiras falácias.

Primeiramente é a ideia de que no Brasil há uma democracia racial. A noção de cotas raciais é vista com estranheza para os que ainda acreditam neste mito, isto é, a ideia de que, no Brasil, brancos, negros, indígenas e todas as demais etnias convivem harmoniosamente, esse três elementos comporiam uma unidade. Nesse sentido nossa sociedade por ser miscigenada em tese seria mais tolerante e, sendo assim, não haveria racismo no Brasil.

³⁶ UNB. **Análise do Sistema de Cotas Para Negros da Universidade de Brasília** - Período: 2º semestre de 2004 ao 1º semestre de 2013. 2013, Pg. 30. Disponível em http://unb2.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/index/realtorio_sistema_cotas.pdf acesso em 02/10/2017

Os defensores dessa idealização muitas vezes acreditam que não há necessidade de políticas públicas em favor dos negros pelo fato do Brasil nunca ter vivido uma discriminação oficializada como o apartheid, na África do Sul, onde entre 1948 e 1994 os direitos da população negra foram cerceados pelo governo de maioria branca; ou um regime de segregação racial como o dos Estados Unidos, onde o racismo também chegou a ser institucionalizado e negros não podiam frequentar Universidades, utilizar o mesmo banheiro que brancos, ou até mesmo sentar em determinados assentos em ônibus.

Ou seja, pelo fato de no Brasil o racismo sempre ter sido mais velado muitos defendem que não há desigualdade racial tão latente que justificaria tratamentos diferenciados. Assim, se constrói o mito da democracia racial, sem enxergar a permanência de históricas desigualdades raciais. Segundo Florestan Fernandes (1920-1995), sociólogo e político brasileiro, “existem várias formas sócio-culturais de preconceito racial. O que há de mal, conosco, consiste no fato de que tomamos com paralelo o tipo de preconceito racial explícito, aberto e sistemático posto em prática nos Estados Unidos”. (1971, pg 41)³⁷.

Diversos autores apontam que o início do mito da democracia racial se deu em 1933 com o livro “casa grande e senzala” de Gilberto Freire, apesar de o autor jamais ter formulado o conceito ou usado a expressão no livro. Outros, por sua vez, defendem que não nasceu com a obra, mas ganhou com ela status científico.

“O mito da democracia racial não nasceu em 1933, com a publicação de Casa-grande & senzala, mas ganhou através dessa obra, sistematização e status científico (...). Tal mito tem o seu nascimento quando estabelece uma ordem, pelo menos do ponto vista do direito, livre e minimamente igualitária.” (BERNARDINO, 2002, p.251).³⁸

³⁷ FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. Pg. 41 1 Ed, São Paulo, Difusão européia do livro, 1972.

³⁸ 39º Encontro Anual da Anpocs. SILVA, Mateus Lôbo de Aquino Moura e. **Casa-Grande e senzala e o mito da democracia racial**. Pg. 3 Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt28/9704-casa-grande-e-senzala-e-o-mito-da-democracia-racial/file> Acesso em: 02/10/2017

Florestan Fernandes aponta³⁹ como ponto principal para a ampliação da discussão a respeito da questão racial no Brasil o projeto desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1951, o qual patrocinou um conjunto de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil.

A origem deste projeto estava associada à agenda anti-racista formulada pela Unesco no final dos anos 1940 sob o impacto do racismo e da Segunda Guerra Mundial. No pós-guerra, o Brasil passou a ser tomado como exemplo a ser seguido pelos demais países, baseado na ideia de que, por aqui, predominavam relações raciais harmônicas, devido ao fato de ser um país miscigenado. O Brasil possuía essa imagem positiva em termos de relações inter-raciais principalmente se comparado com os Estados Unidos e com a África do Sul.

Essa visão do Brasil como um país sem barreiras raciais foi perdendo força quando a discriminação na sociedade brasileira foi se tornando notória quando começaram a surgir estudos com estatísticas, como os da UNESCO em 1951, que comprovam que, apesar de corresponderem a mais da metade da população, os negros e pardos estavam em número muito inferior quando se tratava de acesso ao ensino, de pertencimento aos grupos com altos níveis de renda⁴⁰.

Esses dados demonstram a desigualdade entre brancos e negros, especificamente no âmbito do acesso ao ensino superior já foram apresentados no presente trabalho em seu capítulo II, tendo dados atuais e também dados antigos, de 1950. É evidente, portanto, que o Brasil é um país da segregação racial não declarada, no qual indicadores sociais demonstram dados carregados com as consequências do racismo.

Florestan Fernandes primeiramente desenvolveu suas pesquisas sobre as relações raciais no âmbito do próprio projeto da Unesco e depois no Departamento de Sociologia da USP, em colaboração com o professor Roger Bastide. Fernandes concluiu que mesmo com a Abolição, as relações raciais continuam num “padrão tradicional escravista” - termo por ele

³⁹ FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. Capítulo 1. 1 Ed, São Paulo, Difusão européia do livro, 1972.

⁴⁰ _____. Pg. 57 - 61

utilizado-, o que impedia que a população negra de participar de forma efetiva na nova sociedade de classes.

Ainda sobre o início do mito da democracia racial, Florestan foi grande crítico do livro Casa Grande e Senzala e trouxe novas interpretações para o mesmo. Ele rompeu com a fantasia da convivência harmônica entre contrários, utilizou-se para isso de análises empíricas não só comprovando a existência de racismo no Brasil, mas também demonstrando que este era um fator determinante das relações sociais no país.

No contexto histórico surgido após a Abolição, portanto, a ideia da 'democracia racial' acabou sendo um expediente inicial para não enfrentarem os problemas decorrentes da destituição do escravo e da espoliação final de que foi vítima o antigo agente de trabalho e uma forma de acomodação a uma dura realidade que se mostrou com as 'populações de cor' nas cidades em que elas se concentraram, vivendo nas piores condições de desemprego disfarçado, miséria sistemática e desorganização social permanente. O 'negro' teve a oportunidade de ser livre, se não conseguiu igualar-se ao 'branco', o problema era dele – não do 'branco'. Sob a égide da ideia da democracia racial justificou -se, pois, a mais extrema indiferença e falta de solidariedade para com um setor da coletividade que não possuía condições próprias para enfrentar as mudanças acarretadas pela universalização do trabalho livre e da competição. (FERNANDE S, 2007: 46)⁴¹

Para Florestan uma mudança na distribuição de renda, nas estruturas de poder e prestígio na sociedade poderiam levar a uma mudança no cenário de desigualdade. Nesse sentido, anos depois, surgem as ações afirmativas essas podem ser meio de mudar as estruturas de poder e prestígio.

4. O MITO DO PAÍS MISCIGENADO COMO DESQUALIFICADOR DAS COTAS RACIAIS

Outro argumento que muito se utiliza como forma de deslegitimar as cotas raciais é o fato do Brasil ser notoriamente um país miscigenado, nesse sentido alguns entendem que não haveria necessidade de cotas. Ocorre que apesar de o Brasil ser um país de maioria parda aqueles que possuem as características dos negros de forma mais evidente acabam sofrendo

⁴¹ FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 1 Ed, São Paulo, Difusão européia do livro, 1972.

maiores preconceitos. No Brasil, ao contrário do que ocorre em outros países o preconceito não se dá a qualquer indivíduo que apresente características não caucasianas por menores que sejam. No Brasil o preconceito é gradual sofre mais aquele com maior grau de semelhança ao negro, esse entendimento a vivência em sociedade demonstra, mas o corroborando segue trecho do livro “O povo Brasileiro”, de Darcy Ribeiro:

“É assinalável, porém, que a natureza mesma do preconceito racial prevalente no Brasil, sendo distinta da que se registra em outras sociedades, o faz atuar antes como força integradora do que como mecanismo de segregação. O preconceito de raça, de padrão anglo-saxônico, incidindo indiscriminadamente sobre cada pessoa de cor, qualquer que seja a proporção de sangue negro que detenha, conduz necessariamente ao apartamento, à segregação e à violência, pela hostilidade a qualquer forma de convívio. O preconceito de cor dos brasileiros, incidindo, diferencialmente, segundo o matiz da pele, tendendo a identificar como branco o mulato claro, conduz antes a uma expectativa de miscigenação. Expectativa, na verdade, discriminatória, porquanto aspirante a que os negros clareiem, em lugar de aceitá-los tal qual são, mas impulsora da integração (Nogueira, 1955).”⁴²

Sobre esse tema, primeiramente é importante ressaltar que a miscigenação não se deu de forma pacífica e orgânica ela foi, em verdade, feita de forma violenta e pré-determinada. Suas motivações ou foram a ideia de embranquecer a sociedade⁴³, ou um meio de criar mais mão de obra, ou, ainda, com violência às mulheres negras e indígenas por meio do estupro. Além disso, outro aspecto violento da miscigenação foi o abandono da cultura negra e indígena, tendo por muito anos, mesmo após o fim da escravidão, práticas da cultura africana sido consideradas crime, como por exemplo a capoeira, conforme o código penal de 1890⁴⁴.

“A própria miscigenação deve ser analisada em relação à circunstância de que todos os contingentes alienígenas eram constituídos principalmente por homens que tinham de disputar as mulheres da terra, as índias. É sabido quanto foi insignificante a proporção de mulheres brancas vindas para o Brasil. Nessas condições, recaiu sobre a mulher indígena a função de matriz fundamental, geralmente fecundada pelo branco.”⁴⁵

⁴² DARCY, Ribeiro. **O povo brasileiro** - a formação e o sentido do Brasil. Companhia das Letras. 1995 Pg. 236

⁴³ Nesse sentido tem-se o diretório dos índios de 1755, disponível em http://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm acesso em: 11/10/2017

⁴⁴ **Código Penal/1890** - Capítulo XIII -- Dos vadios e capoeiras. Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal;

Pena de prisão celular de dois a seis meses.

⁴⁵ DARCY, Ribeiro. **O povo brasileiro** - a formação e o sentido do Brasil. Companhia das Letras. 1995 Pg. 229

Outro fator que corrobora com a ideia de que havia uma tendência de buscar o “branqueamento” da população é que mesmo depois de Casa Grande e Senzala (1933), que conforme já elucidado visava criar a ideia de convívio harmônico e respeito no Brasil, foi promulgada a lei 7967/45⁴⁶ que deixa claro que a intenção era “embranquecer” o Brasil, estabelece em seu artigo segundo “Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia (...)”. Sendo assim, a sociedade miscigenada teve origem em opressão e força:

“(...) De modo que a sociedade racial e culturalmente híbrida descrita por Freyre teria origem em relações de opressores e oprimidos, não significando um arranjo em que prevaleceriam a igualdade entre culturas e etnias diversas. “Houve domínio e subordinação sistemática, (...), houve perversão do domínio no conceito limite do sadismo”.⁴⁷

Nesse sentido, o intuito das ações afirmativas que, dentre outros, é estabelecer uma justiça retributiva, como meio de redimir e reduzir os danos do passado, com implicações até hoje, também se enquadra em todo o histórico da miscigenação.

Além disso, ainda hoje, muitas vezes a ideia de “moreno claro” é utilizada como forma de embranquecer a população, quase como dizer que a pessoa não é negra, mas sim morena, fosse um elogio. A miscigenação e, por consequência, a população em sua maioria parda foi e ainda é uma forma de negar as características do negro e mais uma vez diminuí-los.

As ações afirmativas são justamente o contrário, um de seus fundamentos é o de engrandecer e criar parâmetro de sucesso dentre os negros e assim acabar com a concepção de que ser negro é ruim e que precisamos nos embranquecer nem que seja por meio da fala, ao dizer que alguém é moreno, quase que em tom de elogio.

⁴⁶ BRASIL. Lei nº 7967 de 27 de agosto de 1945. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7967imprensa.htm acesso em :11/10/2017

⁴⁷ 39º Encontro Anual da Anpocs. SILVA, Mateus Lôbo de Aquino Moura e. **Casa-Grande e senzala e o mito da democracia racial**. Pg. 9 Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt28/9704-casa-grande-e-senzala-e-o-mito-da-democracia-racial/file> Acesso em: 02/10/2017

Conforme asseverou o especialista em genética humana Sérgio Danilo Pena, em sua fala da APDF 186, “(...) do ponto de vista científico, raças humanas não existem e (...) não é apropriado falar de raça, mas sim de características de pigmentação da pele. E a cor da pele não está geneticamente associada a nenhuma habilidade intelectual, física e emocional”.⁴⁸

É inquestionável que os negros não fazem jus às cotas devido à questões de ordem intelectual, mas sim social. O racismo no Brasil se dá devido à cor e aos traços físicos do indivíduo, portanto não importa que boa parte da população seja mestiça, o que irá dizer se essa pessoa sofrerá racismo ou não é se a sociedade a enxerga mais como negro ou mais como branco.

5. O PORQUÊ DA UTILIZAÇÃO DO TERMO RAÇA. SERIAM AS COTAS RACISTAS?

Não é porque se utiliza o termo raça que as ações afirmativas estão criando uma diferenciação entre os seres humanos ou que esteja buscando afirmar o anacrônico conceito de que exista raça humana. Anacrônico porque após a segunda guerra mundial surgiram diversos estudos que comprovaram cientificamente não que existem diferenças significativas entre os genomas dos seres humanos e que, portanto, não existem diferentes raças. No entanto, como forma de construção social o termo continuou sendo empregado para agregar em grupos indivíduos e coletividades que compartilham aspectos físicos observáveis, como cor da pele, textura do cabelo e compleição corporal.

Nesse sentido, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas desenvolveu em 2010 uma cartilha muito elucidativa e didática a respeito das cotas raciais. No que tange a noção de raça explica:

“Há alguns anos, descobriu-se que a diferença genética entre os mais diferentes grupos étnicos do mundo é muito pequena, o que derruba um outro mito: a

⁴⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental** - ADPF n.º186. Relator: min. Ricardo Lewandowski. Pg. 21 Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693> Acesso em: 25/09/2017

existência de raças humanas. No entanto, quando as pessoas que defendem as cotas raciais falam de “raça”, estão dando um sentido político e social ao termo. Ou seja, referem-se às pessoas que se declaram ao IBGE como “pretas” ou “pardas”. Numa leitura política, essas duas categorias de cores são entendidas como o segmento “negro” da população, pois as pesquisas mostram que as trajetórias das pessoas “pretas” e “pardas” são muito mais próximas do que a das “brancas”. A desigualdade e a discriminação raciais precisam ser corrigidas com políticas públicas e não só com a idéia de que somos um “paraíso racial”. Por isso, a política de cotas tem adotado o critério da autoclassificação, dentro de um contexto de construção da identidade negra.”⁴⁹

Na mesma linha a convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial (1969) da ONU em seu artigo 1, parágrafo 4, adverte que “não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a tais grupos ou indivíduos igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais, contando que, tais medidas não conduzam, em consequência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais e não prossigam após terem sido alcançados os seus objetivos.”⁵⁰ Portanto, medidas especiais voltadas a acelerar o processo de construção da igualdade não são consideradas discriminação racial, nesse rol se enquadram as ações afirmativas.

A jurista e doutrinadora Daniela Ikawa explica que o uso do termo raça é justificável nas políticas afirmativas por ser um instrumento de categorização utilizado para a construção de hierarquias morais convencionais. Segundo ela se a raça foi utilizada para construir hierarquias, deverá também ser utilizada para deconstruí-las (IKAWA, 2008, p. 105).

Com base nos dados estatísticos já apresentados neste trabalho em seu capítulo 2 e também na vivência cotidiana pode se verificar que a desconstrução do ponto de vista científico da concepção de existir raça biológica não fez desaparecerem as distinções fundadas na aparência física e na cor da pele. Portanto, há um distanciamento entre a não existência de raça biológica e a categorização social fundada na cor da pele e nos traços

⁴⁹ LOPES, Cristina (Org.) **Cartilha Cotas raciais porque sim?** Pg. 13. 2º Edição. Ibase. 2006 Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/ibase_cotas_raciais_2.pdf Acesso em: 20/10/2017

⁵⁰ BRASIL. **Decreto nº 65.810** de 8 de dezembro de 1969. Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65810-8-dezembro-1969-407323-publicacaoriginal-1-pe.html> Acesso em: 20/10/2017

físicos, a primeira não inviabilizou a segunda. E esse é o desafio que as ações afirmativas enfrentam e buscam reduzir.

As cotas raciais não visam dar privilégio aos negros ou tão pouco supor que esses não teriam capacidade de ingressar em determinados espaços sem esse tipo de medidas. As ações afirmativas são sim uma maneira de tratar de forma diferenciada um grupo que teve menos oportunidades e, por isso, está em situação de desvantagem. Elas são uma saída para diminuir as desigualdades, visam dar direitos há muito tempo negados. Não são, portanto, um privilégio, mas sim uma equalização das oportunidades.

Em entrevista o professor José Jorge de Carvalho, autor do projeto de ações afirmativas na UNB, elucidou que não são as cotas que estão racializando a sociedade brasileira; ela já é racializada desde séculos atrás, e essa racialização se intensificou ainda mais após a República, com a consolidação do branqueamento como política de Estado⁵¹.

Em outra ocasião o mesmo professor contou que após o caso Ari ele passou a analisar que não havia muitos alunos negros na UNB e que há anos conviviam com 60 colegas brancos no Instituto de Ciências sociais da UNB. Diante dessa constatação, conta o professor, que com a ajuda de colegas realizou em 1999 um senso informal e constatou que dos 1500 professores da UNB apenas 15 eram negros. Realizou essa pesquisa, ainda, em outras Universidades e, admitindo uma margem de erro, constatou que em universidades como a USP, Unicamp, UFRJ e UFRGS, a proporção de professores negros não passava de 0,2%; na UFSCAR, de 0,5% e na UFMG, de 0,7%. Dito de outro modo, em nenhuma universidade considerada como referência nacional na pesquisa esse número parece não passar de 1%⁵².

Essa fala poderia ser dita por grande parte das pessoas que fazem parte de uma elite econômica e/ou intelectual. Quantos não podem afirmar que em seu ambiente de trabalho convivem com poucos negros ou em seu ambiente acadêmico. Essa análise rápida e quase

⁵¹ USP. Cadernos de campo. Entrevista com o Professor José Jorge de Carvalho. São Paulo, n. 19, p. 1-384, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/44985/48597> acesso em: 10/10/2017

⁵² Dados apresentados em entrevista na REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 88-103, dezembro/fevereiro 2005-2006 disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13485/15303> acesso em: 10/10/2017

visual do corpo social e dos seus ambientes é suficiente para demonstrar que a sociedade já é racializada, não são as cotas que cumprem esse papel. Nesse sentido é verdadeiro absurdo argumentar que cotas são racistas, pois é justamente isso que pretendem coibir, mas para fazê-lo precisam inicialmente assumir para depois lidar com esse fato.

Portanto, apesar de não haver diferença significativa entre os genomas humanos há ainda a necessidade teórica de utilizar o termo “raça”, principalmente para que sejam realizados estudos sobre o processo de conquista de direitos e justiça social de grupos fenotipicamente distintos, ao menos enquanto perdurar essa situação de flagrante desigualdade. É nesse sentido que se utiliza o termo raça nesta monografia.

6. PORQUE O CRITÉRIO DE RENDA NÃO EXCLUI O DE RAÇA

Questionamento bastante recorrente quando o assunto são as cotas de cunho raciais é o porquê das cotas com critério de renda ou o de origem escolar não serem suficientes considerando que notoriamente a maior parte da população pobre é negra e também oriunda de escolas públicas. No entanto, argumentar que as cotas com critério de renda bastariam para resolver a disparidade na sociedade brasileira é ignorar o cerne do problema do negro no Brasil.

Essa concepção ignora que há no Brasil mecanismos de exclusão social do negro independente da sua condição social. É equivocado pensar que se incluirmos as pessoas pobres, estaríamos resolvendo o problema da maioria dos negros, considerando que a maior parte da população de baixa renda é negra.

Sobre esse tema o Ministro de Estado Edson Santos de Souza, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, em sua sustentação na ADPF 186, elucidou sabiamente que ser branco pobre e ser negro pobre são conceitos muito diferentes. Este último é discriminado duplamente, tanto por sua situação econômica, quanto pela sua condição

racial. De acordo com ele, “o racismo não pergunta a suas vítimas a quantidade de sua renda mensal”.⁵³

Além disso, as ações afirmativas para negros tem como argumento também a justiça retributiva/compensatória, isto é, devido aos anos de escravidão e extermínio os negros e indígenas, e do fato de sempre terem sido colocados às margens da sociedade fazem jus a tratamento diferenciado que visa diminuir os danos históricos.

Não obstante a Vice-Procuradora-Geral da República, Débora Duprat, em nome do Parquet Federal, em sua manifestação na ADPF 186 aduz:

“(...) a justiça compensatória não é o único nem mesmo o principal argumento em favor da ação afirmativa para negros no acesso ao ensino superior. Ao lado dela, há a justiça distributiva, a promoção do pluralismo nas instituições de ensino e a superação de estereótipos negativos sobre o afrodescendente, com o conseguinte fortalecimento da sua autoestima e combate ao preconceito”⁵⁴

Nesse sentido a justiça distributiva se coloca como imperativa após a constatação de que os negros não ocupam todos os espaços na sociedade, em especial as cadeiras nas universidades, portanto faz-se necessário ações que visem ampliar o pluralismo nas instituições de ensino. As cotas para negros são uma forma de conferir representatividade nos espaços antes quase que exclusivamente ocupados por brancos, servindo, assim, como forma de superação de estereótipos negativos e auxiliando no fortalecimento da autoestima e, por fim, ajudando no combate ao preconceito.

Em um artigo sobre a justiça retributiva e a sua aplicabilidade na ADPF 186⁵⁵ o autor, Wedner Costodio Lima, cita Roberto Gargarella, advogado e sociólogo argentino, destacando

⁵³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Inteiro Teor do Acórdão da **Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n.186/DF**. Relator: LEWANDOWSKI, Ricardo. Pg. 18. disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693> acesso em: 18/09/2017

⁵⁴ _____.

⁵⁵ LIMA, Wedner Costodio. **Análise do conceito de justiça distributiva na obra uma teoria da justiça de John Rawls e sua aplicabilidade no julgamento da ADPF 186 (cotas raciais)**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15774&revista_caderno=9 Acesso em: 22/09/2017

que “(...) uma sociedade bem organizada é aquela direcionada para promover o bem de seus membros. Uma sociedade em que predominam as circunstâncias de justiça é aquela onde não existe nem uma extrema escassez nem uma abundância de bens, onde as pessoas são mais ou menos iguais entre si...”

Em outra passagem no mesmo artigo explica que o que não se admite é a desigualdade no ponto de partida, que assegura tudo a alguns, desde a melhor condição econômica até o melhor preparo intelectual, negando tudo a outros, mantendo os primeiros em situação de privilégio, mesmo que sejam socialmente inúteis ou negativos. Sobre o tema o relator da ADPF 186 explica:

“No que interessa ao presente debate, a aplicação do princípio da igualdade, sob a ótica justiça distributiva, considera a posição relativa dos grupos sociais entre si. Mas, convém registrar, ao levar em conta a inelutável realidade da estratificação social, não se restringe a focar a categoria dos brancos, negros e pardos. Ela consiste em uma técnica de distribuição de justiça, que, em última análise, objetiva promover a inclusão social de grupos excluídos ou marginalizados, especialmente daqueles que, historicamente, foram compelidos a viver na periferia da sociedade.”

56

Portanto, as ações afirmativas reduzem as diferenças de oportunidades e possibilitam que a composição multirracial da sociedade brasileira esteja representada em todos os níveis e esferas de poder e autoridade. Joaquim Barbosa em seu livro sobre o tema (2001, pg 6)⁵⁷ ressalta que um dos objetivos das políticas de ações afirmativas é ampliar a representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores da sociedade e criar as chamadas por ele de “personalidades emblemáticas”, que serviriam de exemplo às gerações mais jovens e mostrando que elas podem investir em educação, porque trará resultado, há espaço.

Nesse sentido, as ações afirmativas para negros têm um papel de garantir a representatividade a ideia de colocar o negro na história brasileira para além do seu passado escravo. Criar modelos para as crianças e jovens negros. Nesse sentido no recente julgamento da ação declaratória de constitucionalidade em relação à Lei federal 12.990/2014 o ministro

⁵⁶BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Inteiro Teor do Acórdão da **Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n.186/DF**. Relator: LEWANDOWSKI, Ricardo. Pg. 53. disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693> acesso em: 18/09/2017

⁵⁷ GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social – a experiência dos EUA**. Pg. 6. Rio de Janeiro: Renovar, 2001

relator, Roberto Barroso, asseverou que “(...) a ideia de pessoas negras e pardas serem símbolo de sucesso, ascensão e terem acesso a cargos importantes influencia a autoestima das comunidades negras. Ademais, o pluralismo e a diversidade tornam qualquer ambiente melhor e mais rico.”⁵⁸

Na mesma linha, em manifestação na ADPF 186, a Advocacia Geral da União argumentou:

“(...) a reserva de vagas não é medida excludente de outras com semelhantes finalidades, que podem com ela conviver. A mera existência de outros meios mais brandos de possível adoção não é argumento apto a qualificar a sistema de cotas como desnecessário ou desmedido” .⁵⁹

Ainda segundo Joaquim Barbosa (Gomes, 2001, pg 6-7) as ações afirmativas visam combater não só manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. Complementa que não raramente elas possuem um caráter pedagógico e de exemplaridade tendo com meta mudanças culturais e sociais, além de visar inculcar nos atores sociais o pluralismo e a diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano.

Portanto, fica evidente que existem diversos outros argumento em favor das ações afirmativas de cunho racial que as diferenciam das de caráter sócio-econômico, uma não excluindo a outra.

⁵⁸ BRASIL. **Informativo nº 864** Supremo Tribunal Federal. Brasília. 2017. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo864.htm#> acesso em: 25/09/2017

⁵⁹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Inteiro Teor do Acórdão da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 186/DF**. Relator: LEWANDOWSKI, Ricardo. Pg. 19. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693> Acesso em: 19/09/2017

Parte III

7. A AUTODECLARAÇÃO

Nesse ponto o trabalho passará a adentrar na forma com que as cotas de cunho racial são aferidas na prática e quais são os meios que vêm sendo adotados visando a inviabilização de possíveis fraudes.

Atualmente é a autodeclaração o meio de aferir a que grupo racial um indivíduo pertence, isto é, o próprio indivíduo diz de que forma se enxerga. Ela tem seu fundamento no fato de historicamente existir na sociedade brasileira um grupo hegemônico que dita as regras e determina valores, conforme afirmou a vice procuradora geral da república, Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, em sua sustentação na ADPF 186. Ela ainda afirma que em uma sociedade plural nenhum grupo étnico deve ter o domínio das definições e, completou, que a autoafirmação é uma decorrência do princípio da dignidade humana, isto é, a autonomia de cada indivíduo de dizer autonomamente quem ele é.

Sendo assim, havendo um contexto histórico e social que discrimina o negro, conforme todos os dados já anteriormente citados no presente trabalho, e havendo um grupo que tem maior hegemonia não há outra forma de mudar essa realidade que não os próprios indivíduos autonomamente declararem sua identidade, do contrário estaria havendo uma imposição e mais uma vez um domínio.

Antes de continuarmos na questão da autodeclaração é imperioso reafirmar que a ideia de raça aqui é aplicada com fins meramente sociológicos e não científicos, como já foi dito anteriormente neste trabalho a ciência já comprovou não existir raças humanas, não obstante saibamos que socialmente determinados grupos sofrem preconceitos e racismo.

Dito isso, nos voltamos novamente a autodeclaração. Em uma entrevista Danilo Lima, coordenador de juventude da ONG Educafro,⁶⁰ explicou que “o grande problema da autodeclaração é que ela fica à disposição de quem se autodeclara. Isso é um problema quando se trata de política pública, porque se você precisa efetivar os direitos das pessoas de forma específica, como é o caso das ações afirmativas, é necessário que essa política atinja quem realmente é prejudicado na sociedade e é vítima do racismo”.

No guia do vestibular de 2017 da UNB consta expressamente que informações falsas poderão gerar responsabilização:

“O candidato que apresenta traços que o caracterizam como negro (de cor preta ou parda — conforme normas internas da Política de Ação Afirmativa da UnB) pode concorrer prioritariamente às vagas reservadas pelo Sistema de Cotas para Negros. Para isso, no ato de inscrição, deve optar por esse sistema e assinar em meio digital o termo em que se declara negro. Se for aprovado no vestibular, deve confirmar essa declaração assinando outro termo no momento do registro. Como as informações fornecidas são de sua inteira responsabilidade, ele responde por qualquer falsidade que porventura seja identificada nessas declarações”⁶¹

Apesar desse problema a autodeclaração continua sendo o meio que mais respeita o indivíduo e sua liberdade, mesmo havendo disfunções essas devem ser evitadas de outras formas que ainda serão tratadas no presente trabalho. Porém as disfunções não podem ser utilizadas como justificativa para retirar direitos humanos básicos, a saber, a maneira como o indivíduo se identifica.

8. DAS CARACTERÍSTICAS FENOTÍPICAS

O racismo no Brasil não tem bases na identidade genética do indivíduo, não tendo relação com os antepassados que fizeram ou não parte dos grupos que sofreram com a escravidão ou com o extermínio dos indígenas, mas sim com as características da aparência, isto é, fenotípicas.

⁶⁰ OLIVEIRA, Tory. Como evitar fraudes nas cotas raciais? **Carta Capital**. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/como-evitar-fraudes-nas-cotas-raciais> Acesso em: 25/10/2017

⁶¹ UNB. Guia do Vestibular. 2017. Pg. 8 Disponível em: http://www.cespe.unb.br/Vestibular/VESTUNB_17_2/arquivos/Guia%20do%20Vest_2017.pdf Acesso em: 25/10/2017

Tal realidade é comprovada por meio da história, do cotidiano e por diversas estatísticas. Essas demonstram que o racismo está ligado às características físicas com a quantidade de melanina, a espessura do cabelo ou, ainda, os traços do rosto. Sendo assim, utiliza-se o critério do fenótipo, das características físicas, e não genótipo, pois a característica genética, se não expressa na pele, não é objeto de preconceito.

Essa concepção foi aceita pelo STF, uma vez que negou provimento a ADPF 186, na qual nas informações prestadas pelo Reitor da UnB, rebatendo a inicial que trazia argumentos de que cientificamente não existe raça, afirma que a discriminação é resultante da cor e da aparência do indivíduo.⁶²

Em sua decisão na ADPF 186 o ministro Fux tratando da questão fenotípica entendeu que:

“A discriminação e o preconceito existentes na sociedade não têm origem em supostas diferenças no genótipo humano. Baseiam--se, ao revés, em elementos fenotípicos de indivíduos e grupos sociais. São esses traços objetivamente identificáveis que informam e alimentam as práticas insidiosas de hierarquização racial ainda existentes no Brasil. Nesse cenário, o critério adotado pela UnB busca simplesmente incluir aqueles que, pelo seu fenótipo, acabam marginalizados. Diante disso, não vislumbro qualquer inconstitucionalidade na utilização de caracteres físicos e visíveis para definição dos indivíduos afrodescendentes”

Esse tema já foi adotado no capítulo a respeito da mestiçagem, conforme relatado neste o Brasil, ao contrário de outros países, não entende como negro toda e qualquer pessoa com descendência e genótipo de negro, mas sim analisa as características aparentes e o quão mais evidente são. Havendo, inclusive, uma tendência ao branqueamento, uma tendência de entender a população como “morena” num tom quase de elogio, como quem diz que há proximidade maior com os brancos.

⁶² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Inteiro Teor do Acórdão da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n.186/DF. Relator: LEWANDOWSKI, Ricardo. Pg. 8. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693> Acesso em: 25/10/2017

Portanto, fica evidente que por meio de estudos, pesquisas e, claro, da vivência cotidiana se verificou que no Brasil o preconceito ocorre devido às características aparentes do indivíduo, sendo assim, para alcançar os objetivos das cotas é necessário atingir esses grupos que mais sofrem.

9. ANALISANDO OS GRUPOS CRIADOS PELAS UNIVERSIDADES PARA HOMOLOGAR AS INSCRIÇÕES

Tendo se estabelecido no Brasil que a aferição do grupo racial ao qual o indivíduo se enquadra se dá por meio de sua autodeclaração, passa-se, nas ações afirmativas, por um processo de criar mecanismos de evitar fraudes. Isso porque, a experiência com o passar dos anos da medida, mostrou que não negros estavam se declarando como tal buscando obter apenas vantagens pessoais.

Essas pessoas muitas vezes argumentam, querendo buscar uma justificativa, que possuem familiares, em sua árvore genealógica, que são negros. No entanto, se seus traços físicos aparentes não demonstram sua negritude, mas sim se assemelham com traços de pessoas brancas, no Brasil você terá privilégios ou, ao menos, não viverá dificuldades e preconceitos que a população negra vive.

Portanto, temos que por um lado, critica-se a necessidade da verificação fenotípica, isto é, das características aparentes do indivíduo. No entanto, por outro lado, há a necessidade de coibir as fraudes e de garantir que negros ocupem, de fato, as vagas reservadas para eles.

Nesse contexto surgiram as polêmicas comissões para homologar a autodeclaração, essas possuem o objetivo único de evitar as fraudes e a consequentemente evitar dar margem à argumentos que deslegitimam a política de cotas raciais.

Porém, alguns dos opositores dessas comissões, como o partido democrata em sua peça inicial da ADPF 186, entendem que essas comissões seriam um tribunal racial, pois, segundo eles, estariam definindo quem é ou não negro. Contrapondo essa fala os defensores

das comissões argumentam que essa é apenas uma forma de garantir que as vagas vão a quem lhes são de direito. As fraudes são um fato que a experiência demonstrou sendo esses grupos apenas uma forma de lidar com elas.

A necessidade de um meio para homologar as inscrições não era desejada e nem constava em projetos iniciais de políticas de cotas, no entanto as recorrentes fraudes mostram a sua infeliz inevitabilidade. Em entrevista à *Carta Capital*⁶³ Frei Davi, importante ativista no tema e representante da ONG Educafro, conta que até 2010 a ONG era contra esse tipo de medida, explica que defendia radicalmente que o critério único deveria ser a autodeclaração, porque a entidade percebia que de cada 100 afrobrasileiros, 80 tinham vergonha de se definir como tal. Segundo ele com a chamada “lei das cotas” pela primeira vez ser negro era uma vantagem. Assim muitos brancos passaram a utilizá-la para cometer fraudes buscar benefícios que não lhes pertencia. Encerra dizendo que o Brasil nunca se debruçou sobre o problema dos negros, então com as cotas a administração pública e organizações sociais foram desafiados a criar novos caminhos.

Apesar de diversas universidades estarem adotando o modelo de homologação das inscrições nas cotas para negros, na audiência pública realizada na procuradoria do Estado do Rio de Janeiro, dia 06 de julho de 2017, a representante da UERJ que estava presente foi incisiva em afirmar que a universidade não tem interesse em adotar o sistema de grupo homologador da autodeclaração, entendendo isso como uma violação do próprio conceito do indivíduo se auto definir.

Ao ser questionada a respeito argumentou que os casos de fraudes não são tão numerosos a ponto de justificar essa iniciativa e que nos casos em que constata a possível fraude é caso de investigação criminal entendendo, caso comprovado, estar configurado o crime de falsidade ideológica⁶⁴.

⁶³ OLIVEIRA, Tory. Como evitar fraudes nas cotas raciais? **Carta Capital**. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/como-evitar-fraudes-nas-cotas-raciais> Acesso em: 25/10/2017

⁶⁴ BRASIL. **Código Penal**. Decreto lei nº 2848 de 7 de dezembro de 1940. “Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Não obstante esse argumento, já houve arquivamentos de denúncias, em âmbito criminal, a respeito de fraudes no sistema de cotas raciais, com o argumento de que na lei que estabelece a política de cotas nas universidades federais apresenta tão somente a autodeclaração como critério, não havendo qualquer critério objetivo para a aferição das características fenotípicas. Nesse sentido há, apenas como exemplificação, um caso ocorrido em 2016 na UFES, em que o MPF do Espírito Santo decidiu pelo arquivamento usando essa linha argumentativa⁶⁵.

Os grupos que homologam a autodeclaração foram legitimados e impostos no caso de cotas em concursos federais por meio da Orientação normativa nº 3, de 1 de agosto de 2016, que dispõe sobre regras de aferição da veracidade da auto declaração prestada por candidatos negros para fins do disposto na Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014⁶⁶. Em seu artigo 2 dispõe:

“Art. 2º Nos editais de concurso público para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União deverão ser abordados os seguintes aspectos:

(...)

II - prever e detalhar os métodos de verificação da veracidade da autodeclaração, com a indicação de comissão designada para tal fim, com competência deliberativa;

III - informar em que momento, obrigatoriamente antes da homologação do resultado final do concurso público, se dará a verificação da veracidade da autodeclaração; (...)”

A partir de breve análise de editais de recentes concursos federais pode se aferir que a comissão para a verificação vem sendo implementada. A título de exemplo tem-se o TRF 3 região que por determinação da presidente do órgão, desembargadora federal Cecília Marcondes, a cada concurso será constituída uma nova comissão de avaliação em cada estado que compõe a Justiça Federal da 3ª Região (São Paulo e Mato Grosso do Sul), essa comissão

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.”

⁶⁵ MPF-ES arquiva denúncia de fraude em sistema de cotas da Ufes. **O Globo**. Espírito Santo. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/educacao/noticia/2016/03/mpf-es-arquiva-denuncia-de-fraude-em-sistema-de-cotas-da-ufes.html> Acesso em: 20/10/2017

⁶⁶ BRASIL. **Diário Oficial da União**. Dia 2 de agosto de 2016, seção 1, página 54.

será composta por no mínimo três servidores ocupantes de cargos efetivos⁶⁷. Nesse caso o candidato será considerado enquadrado na condição de pessoa negra quando pelo menos um dos membros da comissão decidir pelo atendimento ao quesito fenotípico.

De forma diferente estabeleceu o recente edital do concurso para o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, informando que a aferição da autodeclaração será feita pela banca organizadora do concurso, a Consulplan:

“10. Os candidatos que se autodeclararem negros (pretos ou pardos), se não eliminados do concurso, previamente à homologação do certame, serão convocados pela CONSULPLAN, por meio de edital, para verificação da veracidade de sua declaração. 10.1 A verificação será realizada por Comissão de Avaliação, constituída pela CONSULPLAN para esse fim, que levará em consideração em seu parecer a autodeclaração firmada no ato de inscrição no concurso público e os critérios de análise do fenótipo do candidato (características físicas).”⁶⁸

Ainda a título de exemplo e comparação de dados, em entrevista⁶⁹ o professor Dennys Xavier, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e ocupante do cargo de diretor de processos seletivos, conta que quando passaram a adotar o modelo de banca responsável por homologar as inscrições, essa foi composta por três pessoas sendo um técnico, um professor e um aluno – todos estudiosos e envolvidos em movimentos étnicos e raciais. E se pelo menos um dos integrantes votasse que sim o candidato era beneficiado com as cotas. Complementa, ainda, que entre os candidatos convocados, metade não compareceu e dos 50% restantes, metade foi reprovada.

Portanto, com base nesses breves exemplos pode-se notar que não há uma regra quanto a formação dessas comissões não havendo até o presente momento nenhuma determinação de que forma deve ser sua composição.

⁶⁷ Comissão do TRF-3 terá que confirmar se candidato de concurso é pardo ou preto. **Conjur.** 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-fev-03/comissao-trf-confirmar-candidato-pardo-ou-preto> Acesso em: 20/10/2017

⁶⁸ **EDITAL N° 01/2017** Concurso do TRE-RJ, página 7, item 10. Disponível em: https://d3du0p87blxrg0.cloudfront.net/concursos/482/3_715438.pdf Acesso em: 20/10/2017

⁶⁹ Ministério Público Federal investiga suspeita de fraude em cotas na UFMG. **Correio brasiliense.** Brasília. 2017. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2017/09/26/ensino_ensinosuperior_interna,629056/ministerio-publico-federal-investiga-suspeita-de-fraude-em-cotas-na-uf.shtml Acesso em: 20/10/2017

Outra questão que gera polêmica e sobre as comissões manter em sigilo a identidade de seus membros só então reitor da UNB, em suas informações na ADPF 186 alegou o seguinte:

“Ao contrário do afirmado pelo requerente, a comissão não é secreta, havendo, inclusive, entrevista pessoal com os candidatos. O que acontece é a inexistência de comunicação prévia informando qual será a comissão, a fim de evitar que sofra pressões e constrangimentos indevidos, exatamente como é reiteradamente feito há décadas não apenas no próprio certame vestibular, mas também em numerosos concursos para cargos públicos federais conduzidos no país”⁷⁰.

É bastante razoável o argumento de que a identidade dos membros da comissão será sigilosa visando evitar pressões, tentativas de corrupção ou até mesmo perseguições. Mesmo porque certamente caso haja uma denúncia de irregularidade por parte dessas comissões em posteriores processos administrativos ou até mesmo judiciais haverá a aferição da identidade dos membros e análise de suas responsabilidades, sendo o sigilo apenas utilizado perante o público em geral.

O STF já se manifestou a respeito de modelos de aferição da veracidade através de comissões na ADPF 186, destaca-se o trecho do voto do relator Ministro Ricardo Lewandowski que utilizou para embasar seu entendimento importante estudiosa do tema, a professora Daniela Ikawa. Segue trecho do voto:

“Além de examinar a constitucionalidade das políticas de ação afirmativa, é preciso verificar também se os instrumentos utilizados para sua efetivação enquadram--se nos ditames da Carta Magna. Em outras palavras, tratando--se da utilização do critério étnico-racial para o ingresso no ensino superior, é preciso analisar ainda se os mecanismos empregados na identificação do componente étnico--racial estão ou não em conformidade com a ordem constitucional.

⁷⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental** - ADPF n.º186. Relator: min. Ricardo Lewandowski. Pg. 8. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693> Acesso em: 29/05/2017

Como se sabe, nesse processo de seleção, as universidades têm utilizado duas formas distintas de identificação, quais sejam: a autoidentificação e a heteroidentificação (identificação por terceiros).

Essa questão foi estudada pela mencionada Daniela Ikawa, nos seguintes termos:

“A identificação deve ocorrer primariamente pelo próprio indivíduo, no intuito de evitar identificações externas voltadas à discriminação negativa e de fortalecer o reconhecimento da diferença. Contudo, tendo em vista o grau mediano de mestiçagem (por fenótipo) e as incertezas por ela geradas – há (...) um grau de consistência entre autoidentificação e identificação por terceiros no patamar de 79% -, essa identificação não precisa ser feita exclusivamente pelo próprio indivíduo.

Para se coibir possíveis fraudes na identificação no que se refere à obtenção de benefícios e no intuito de delinear o direito à redistribuição da forma mais estreita possível (...), alguns mecanismos adicionais podem ser utilizados como:

(1) a elaboração de formulários com múltiplas questões sobre a raça (para se averiguar a coerência da autoclassificação); (2) o requerimento de declarações assinadas; (3) o uso de entrevistas (...); (4) a exigência de fotos; e (5) a formação de comitês posteriores à autoidentificação pelo candidato. A possibilidade de seleção por comitês é a alternativa mais controversa das apresentadas (...). Essa classificação pode ser aceita respeitadas as seguintes condições: (a) a classificação pelo comitê deve ser feita posteriormente à autoidentificação do candidato como negro (preto ou pardo), para se coibir a predominância de uma classificação por terceiros; (b) o julgamento deve ser realizado por fenótipo e não por ascendência; (c) o grupo de candidatos a concorrer por vagas separadas deve ser composto por todos os que se tiverem classificado por uma banca também (por foto ou entrevista) como pardos ou pretos, nas combinações: pardo-pardo, pardo-preto ou preto-preto; (d) o comitê deve ser composto tomando-se em consideração a diversidade de raça, de classe econômica, de orientação sexual e de gênero e deve ter mandatos curtos”

Mais recentemente na ação declaratória de constitucionalidade 41 o ministro relator, Roberto Barroso, se mostrou favorável à autodeclaração argumentando que deve-se respeitar as pessoas tal como elas se percebem e completou “(...) não é incompatível com a Constituição, observadas algumas cautelas, um controle heterônomo, sobretudo quando existirem fundadas razões para acreditar que houve abuso na autodeclaração.”⁷¹ Segundo ele esses meios heterônomos de identificação visam combater condutas fraudulentas e, com isso, garantem que os objetivos da política de cotas sejam efetivamente alcançados.

E, ainda, na tese de julgamento da referida ação ficou configurada a constitucionalidade não só das ações afirmativas como também das autodeclaração e dos meios de heterocomposição, posteriores: “(...) É legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa”.

⁷¹ BRASIL. **Informativo n° 864** - Supremo Tribunal Federal. Brasília. 2017. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo864.htm#> acesso em: 25/09/2017

Em seu voto na ADPF 186 o Ministro Luiz Fux afirmou:

“Também não acolho a impugnação de que a existência de uma comissão responsável por avaliar a idoneidade da declaração do candidato cotista configure um “Tribunal Racial”. O tom pejorativo e ofensivo empregado pelo partido requerente não condiz com a seriedade e cautela dos instrumentos utilizados pela UnB para evitar fraudes à sua política de ação afirmativa. A referida banca não tem por propósito definir quem é ou não negro no Brasil. Trata-se, antes de tudo, de um esforço da universidade para que o respectivo programa inclusivo cumpra efetivamente seus desideratos, beneficiando seus reais destinatários, e não indivíduos oportunistas que, sem qualquer identificação étnica com a causa racial, pretendem ter acesso privilegiado ao ensino público superior.”

Os dados estatísticos da UNB são bastante significativos, esses já foram apresentados no capítulo 2.1. deste trabalho. Eles mostram que a quantidade de homologações passou a ser muito inferior quando se alterou o modelo de análise de fotografias para o de uma comissão avaliadora. O que leva a crer que anteriormente pessoas que não deveriam ser homologadas acabavam sendo.

Se conclui, portanto, que esses grupos, são meios de permanente fiscalização e acompanhamento servindo ao propósito de fortalecimento da autodeclaração e não como forma de reduzir sua importância. E apenas se mostram necessários por serem hoje o meio mais eficaz de coibir as fraudes.

10. PORQUE SÃO NECESSÁRIOS GRUPOS HOMOLOGADORES E NÃO APENAS PUNIÇÃO POSTERIOR?

O fato de a escravidão ter deixado de ser legal desde 1888 e do racismo ser crime no Brasil desde a constituição de 88, tendo sido regulamentado pela lei 7716/1989, não impede a existência de discriminação e de uma condição social bastante diferente entre brancos e negros, conforme os números apresentados no presente trabalho em seu segundo capítulo. Portanto, medidas punitivas e proibitivas quanto ao racismo não se mostravam suficientes, pois mecanismos sociais ainda eram utilizados como forma de perpetuar uma situação decorrente do passado escravista, nesse sentido foi necessário o estabelecimento de políticas afirmativas visando conferir a igualdade material almejada pela constituição de 1988.

“(...) a Constituição de 1988 insere-se no modelo do constitucionalismo social, no qual não basta, para a observância da igualdade, que o Estado se abstenha de instituir privilégios ou discriminações arbitrárias. Pelo contrário, parte-se da premissa de que a igualdade é um objetivo a ser perseguido por meio de ações ou políticas públicas, que, portanto, ela demanda iniciativas concretas em proveito dos grupos desfavorecidos”.⁷²

Inicialmente se utilizava tão somente da autodeclaração, no entanto com o passar do tempo foram surgindo diversos casos de fraudes o que demonstrou a fragilidade da autodeclaração utilizada de forma exclusiva. Alguns casos se tornaram processos criminais, mas esses não são suficientes.

Isso porque, primeiramente confrontando dados, como os da UNB⁷³, sobre a quantidade de candidatos homologados na entrevista pessoal com a comissão avaliadora e dados sobre a quantidade de investigações penais em curso nota-se que é muito inferior. Por exemplo, a quantidade de candidatos aprovados na UNB entre 2008 e 2013 é em média 40% dos inscritos para as vagas de negros.

Já no caso da UERJ, que não adota o modelo de entrevista, segundo matéria do site Gelédes⁷⁴, conforme um levantamento da Coordenadoria de Articulação e Iniciação Acadêmicas, em 2014, do total de 3.725 alunos, 788 ocupam as cotas ligadas aos estudantes negros e indígenas. E segundo reportagens do G1, no mesmo ano, 2014, em março, desde que a lei de cotas entrou em vigor no estado do Rio de Janeiro, em 2008, a Uerj recebeu 45 denúncias de supostas fraudes em matrículas de cotistas, segundo o reitor⁷⁵. Em agosto mais

⁷² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental** - ADPF n.º186. Relator: min. Ricardo Lewandowski. Pg. 18. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693> Acesso em: 26/10/2017

⁷³ UNB. Universidade de Brasília. **Análise do Sistema de Cotas Para Negros da Universidade de Brasília**- Período: 2º semestre de 2004 ao 1º semestre de 2013. 2013. Disponível em http://unb2.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/index/realtorio_sistema_cotas.pdf Acesso em: 25/10/2017

⁷⁴ Alunos cotistas vão passar por fiscalização na Uerj a partir de 2015. **Gelédes**. 02/09/2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/alunos-cotistas-vao-passar-por-fiscalizacao-na-uerj-partir-de-2015/> Acesso em: 25/08/2017

⁷⁵ Promotoria investiga 41 suspeitas de fraude no sistema de cotas na Uerj. **Portal G1**. Rio de Janeiro, 29/03/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/promotoria-investiga-41-suspeitas-de-fraude-no-sistema-de-cotas-na-uerj.html> Acesso em: 26/10/2017

10 investigações foram noticiadas⁷⁶. Dentre essas investigações também estão incluídas supostas fraudes nos outros modelos de cotas que não só o racial, mas sim todos os modelos de cotas adotados pela UERJ como o socioeconômico ou a origem escolar.

Certamente essa não é uma pesquisa exaustiva, mas apenas uma comparação de dois exemplos que podem indicar que a quantidade de inscrições vista como irregulares com a entrevista pessoal é muito superior do que a quantidade de processos realizados posteriormente, mesmo porque boa parte das pessoas não comparecem à entrevista, conforme dados da UNB.

Na oportunidade dessas reportagens o reitor da UERJ à época, Ricardo Vieiralves, alegou que a universidade nada pode fazer para evitar casos como esses. “A definição de cor é por autodeclaração. Não temos nada a fazer em relação a isso”, disse em entrevista, acrescentando que apenas a declaração de cor – supostamente irregular – não configura fraude. Ou seja, até mesmo no cerne das instituições há muita incerteza sobre como pode ser auferida a veracidade das declarações. Nesse sentido, a formação de uma comissão preferencialmente com perfil bastante eclético de professores, funcionários e, quem sabe inclusive, de representante dos alunos pode ser uma saída para em conjunto se aferir as informações. A mera existência dessa comissão pode já inibir muitas inscrições fraudulentas.

Além disso, outro ponto muito importante é que o direito penal deve ser a última medida, esse não deve ser visto como solução. Se todos os casos não homologados pelas universidades que já possuem comissões tivessem gerado investigações criminais e posteriormente processos judiciais haveria um afogamento da justiça ainda maior do que o atual.

Pelo Princípio da Intervenção Mínima do Estado o Direito Penal é a *ultima ratio*, deve ser invocado somente quando não houver outro meio para proteger determinado bem jurídico. Logo, é preciso primeiro buscar encontrar medidas administrativas, mais céleres, eficientes e,

⁷⁶ Uerj cancela matrícula de aluna e investiga outros por fraude. **Portal G1**. Rio de Janeiro. 26/08/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/08/aluna-tem-matricula-cancelada-e-mais-10-sao-investigados-por-fraude-na-uerj.html> Acesso em: 26/10/2017

inclusive, menos custosas ao Estado. O que ocorre justamente no caso em tela, as comissões que realizam as entrevistas pessoais são justamente essa forma administrativa de solucionar o problema. A investigação penal apenas deve ser acionada em caso das comissões não solucionarem a questão ou, ainda, em caso de haver violação a algum direito.

Sobre o tema, segue a explanação do doutrinador Cezar Roberto Bitencourt:

“O princípio da intervenção mínima, também conhecido como ultima ratio, orienta e limita o poder incriminador do Estado, preconizando que a criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de determinado bem jurídico. Se outras formas de sanções ou outros meios de controle social revelarem-se suficientes para a tutela desse bem, a sua criminalização será inadequada e desnecessária. Se para o restabelecimento da ordem jurídica forem suficientes medidas civis ou administrativas, são estas que devem ser empregadas e não as penais. Por isso, o direito penal deve ser a ultima ratio, isto é, deve atuar somente quando os demais ramos do direito revelarem-se incapazes de dar a tutela devida a bens relevantes na vida do indivíduo e da própria sociedade.”⁷⁷

Assim, face a efetividade que as comissões homologadoras das inscrições vem mostrando, do fato do direito penal não dever ser utilizado quando existirem outros meios e, ainda, do próprio ordenamento jurídico brasileiro ter legitimado em diversas oportunidades as entrevistas pessoais essas devem ser utilizadas como meio de coibir as fraudes nas ações afirmativas, até que surjam outros meios mais eficazes ou que essas se tornem desnecessárias.

IV - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, ficou claro que a vivência em sociedade bem como a análise de dados estatísticos demonstram que o negro atualmente ainda sofre preconceito e que não há uma proporcionalidade entre o número de negros na população brasileira e o número ocupando dos espaços que exigem maior nível de estudo. Fácil notar que poucos são os professores, os juízes, os promotores, os médicos negros além de tantas outras profissões que requerem um alto nível de estudo. Mais fácil ainda notar o número de negros nas cadeias, nas favelas ou nas periferias.

⁷⁷ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Lições de direito penal** – parte geral. Porto Alegre: Livraria do Advogado, pg. 32.

Sendo assim, entendendo que há uma dificuldade no acesso e sem buscar excluir outras formas de melhoria para essa população como, por exemplo, melhoria na escola pública de nível básico, surgiram as políticas de ações afirmativas de cunho racial. Após muitas dúvidas a respeito dessas, a experiência de mais de 10 anos mostrou que as ações foram muito bem sucedidas.

Os dados apresentados neste trabalho foram com enfoque na UNB, devido ao fato desta ter sido a primeira universidade federal a adotar o sistema de cotas e ter ganho muita visibilidade devido a esse seu pioneirismo e, também, devido à casos polêmicos. No entanto, deve se ressaltar que há na mesma linha tantos outros trabalhos acadêmicos⁷⁸ de outras universidades que adotam o sistema de cotas e que podem comprovar que os alunos cotistas tiveram desempenho muito semelhante ao dos não cotista, da mesma forma o nível de evasão, mesmo com toda a dificuldade de permanência que muita vezes esses alunos possuem, os números não se mostram demasiado distintos. Portanto, os medos e previsões de que as cotas reduziram o nível do ensino, a qualidade ou quantidade de alunos formados não se comprovaram.

Entendo que o sistema de reserva de cotas raciais é importante para a democratização do ensino superior e só deve ser abandonado quando forem eliminadas todas as restrições ao acesso de certas categorias sociais à universidade. Não devendo ser confundido com o sistema econômico social, pois suas justificativas e motivações são diversas. Conforme já supramencionado o negro e pobre sofre duas vezes, pois são tipos de dificuldades e preconceitos distintos. Além disso, é imperioso destacar que apesar do sucesso das ações afirmativas essas não devem ser vistas como o único meio de alcançar uma sociedade mais democrática e menos racista.

Nesse sentido, as ações afirmativas não podem ser confundidas com uma forma de racismo, pois não é o sistema de cotas que traz as distinções, mas a história de exclusão que permanece até os dias de hoje que o faz. A cota não cria uma diferenciação racista entre as pessoas, apenas reconhecendo que essa já existe busca reduzi-la. Trata-se de uma forma

⁷⁸ Para maiores dados: Grupo de pesquisa da PUC sobre o tema: <http://www.nirema.puc-rio.br/>
Grupo de Pesquisa da UERJ sobre o tema: <http://www.caiac.uerj.br/>

temporária de equilibrar os papéis na sociedade, bem como, retribuir e redimir o passado devastador de escravidão e genocídio de negros e indígenas.

Após muitas tentativa de apagar o passado escravista e cruel, buscando ao invés de lidar com o passado reescrevê-lo sob a perspectiva de que um país miscigenado seria uma verdadeira democracia racial, a situação de discrepância entre condições e oportunidade de negros e brancos se manteve. Compreendendo essas questões e visando alterar essa realidade as cotas raciais se mostram como um grande avanço.

Após passada a necessidade de afirmação da constitucionalidade das políticas, que foi feito pelo STF, o foco das maiores críticas passou a ser as fraudes ao sistema. Essas se tornaram possíveis em grande parte por conta da autodeclaração, em que pessoas que em outro contexto não se identificavam como negros e não possuíam as características fenotípicas desse grupo passaram a se identificar como tal almejando os benefícios.

Diante dessa realidade e como forma de coibir essas fraudes algumas universidade adotaram os meios de heterocomposição que visavam homologar a autodeclaração. Essas homologações se dão com a análise das características aparentes do indivíduo, isso porque se constatou que o racismo no Brasil é decorrente da aparência com traços negros e não por existir na família descendentes negros.

Os opositores defenderam e ainda defendem que esses grupos seriam verdadeiros tribunais raciais, no entanto, o que é preciso ser compreendido é que as comissões apenas buscam garantir que o direito seja resguardado àqueles que efetivamente o merece e fazem jus. Gostariam os entusiastas das ações afirmativas que não fosse necessário esse tipo de aferição, no entanto as fraudes são uma realidade e continuaram ocorrendo caso nada seja feito.

Evidentemente é possível fazer um controle posterior, por meio de ações penais, no entanto, além dessas ações muitas vezes serem infrutíferas por faltarem requisitos mínimos para seu prosseguimento. Seria mais uma vez uma tendência do ordenamento brasileiro de

compreender o direito penal como solução de problemas enquanto esse deve ser, em verdade, uma última alternativa. Antes de recorrer ao direito penal deve-se buscar meios mais céleres e menos custosos como, por exemplo, vias administrativas, como no caso em tela.

Portanto, as comissões de homologação são hoje a melhor saída ao problema das fraudes, até que surja outro caminho ou até que a quantidade de fraudes diminua de forma considerável, são elas a maneira que se mostrou mais eficaz. Primeiro porque de fato analisam quem faz jus ao benefício e segundo porque faz com que as pessoas temam fraudar, pois sabem que facilmente poderão ser descobertos.

Além disso, creio que seja também interessante haver uma maior divulgação de quais são os métodos utilizados para aferição da autodeclaração, a saber, as características fenotípicas, isso porque muitos ainda justificam que tem direito a vaga e que são negros por possuir descendentes negros. Apesar de muitas vezes isso poder ser mera justificativa para acobertar a falta de ética, em alguns casos pode ser uma resposta genuína decorrente da falta de informação. Conforme dados apresentados no capítulo 2 do presente trabalho, muitas pessoas se valem dos seus descendentes para definir a que grupo pertencem, apesar disso, conforme também elucidado no presente trabalho, o racismo no Brasil se dá devido às características aparentes do indivíduo, razão que torna as características fenotípicas o critério de legitimidade às vagas de cotas. Nesse sentido, é interessante que haja uma maior divulgação desse fato para evitar que pessoas se inscrevam erroneamente das vagas reservadas a negros.

Dentro dos questionamentos levantados no presente trabalho não se pretende exaurir o assunto ou realizar afirmações categóricas, mas pode-se perceber que as cotas vem sendo meio eficaz de democratização do ensino e de ocupação dos espaços antes quase restritos a um determinado grupo hegemônico. Elas não devem ser o único meio de alcançar seus fins, mas sim devem vir acompanhadas de outras medidas de caráter mais perene e menos imediatista.

Em longo prazo as ações afirmativas seriam responsáveis por mudar substancialmente a composição daqueles que ingressam na universidade pública e posteriormente com alteração no mercado de trabalho, ajudando, assim, a suprimir possíveis estereótipos na sociedade. Como forma de aferir quais candidatos têm direito às vagas, após os estudos desenvolvidos e elucidados no presente trabalho, entende-se que a identificação pelo próprio indivíduo deve ser adotada primariamente, porém essa deve ocorrer sem prejuízo de mecanismos adicionais posteriores com o intuito de coibir possíveis fraudes.

V- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Doutrina

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Lições de direito penal** – parte geral. Porto Alegre: Livraria do Advogado, pg. 32.

DARCY, Ribeiro. **O povo brasileiro** - a formação e o sentido do Brasil. Companhia das Letras. 1995

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 1 Ed, Sao Paulo, Difusão européia do livro, 1972.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 48º ed. Recife. Glabal Editora. 2003

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social – a experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001

IKAWA, Daniela. **Ações afirmativas em universidades**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

PAIVA, Angela Randolpho. (org) **“Ação Afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França”**. Rio de janeiro: Pallas. 2013

_____, Angela Randolpho. (org) **“Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras”**. Rio de Janeiro: Editora Pallas/PUC-Rio, 2010

SILVEIRA, Fabiano Augusto Martins. **Da criminalização do Racismo – Aspectos Jurídicos e Sociocriminológicos**, 1º ed., Belo Horizonte, Del Rey, 2006

Legislação

BRASIL. **Código Penal**. Decreto lei nº 2848 de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm Acesso em: 15/10/2017

BRASIL. **Decreto nº 5051** de 19 de abril de 2004. Promulga a convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm Acesso em: 19/10/2017

BRASIL. **Decreto nº 65.810** de 8 de dezembro de 1969. Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65810-8-dezembro-1969-407323-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20/10/2017

BRASIL. **Lei nº 7967** de 27 de agosto de 1945. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7967impressao.htm acesso em: 11/10/2017

BRASIL. **Lei Nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm Acesso em: 09/09/2017

BRASIL. **Orientação Normativa nº. 3, de 1o. de agosto de 2016**, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, contra Programa de Promoção da Igualdade Racial, que dispõe sobre regras de aferição da veracidade da auto declaração prestada por candidatos negros para fins do disposto na Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 5346** de 11 de dezembro de 2008. Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/87636/lei-5346-08> Acesso em: 29/09/2017

Documentos

ABA. Nota da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - **Repúdio à Orientação Normativa nº. 3, de 1º. de agosto de 2016**, do Ministério do Planejamento,

Desenvolvimento e Gestão, contra Programa de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em:
[http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/68_Nota_Diretoria_ABA_Igualdade_Racial.p](http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/68_Nota_Diretoria_ABA_Igualdade_Racial.pdf)
df Acesso em: 29/05/2017

BRASIL. **Informativo nº 864** - Supremo Tribunal Federal. Brasília. 2017. Disponível em:
<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo864.htm#> Acesso em:
25/09/2017

BRASIL. **Informativo nº 663** - Supremo Tribunal Federal. Brasília. 2012.
Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo663.htm>
Acesso em: 25/09/2017

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental** - ADPF n.º186. Relator: min. Ricardo Lewandowski. Disponível em:
<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693> Acesso em:
29/05/2017

CRUZ, Isabel CF da. **Anotações sobre prevenção da fraude étnico-racial no acesso à Universidade**. Disponível em: <http://www.uff.br/jsncare/index.php/bnn/issue/view/45> Acesso em 30 de maio de 2017.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90**. Rio de Janeiro, Julho de 2001. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4061
Acesso em: 26/09/2017

IBGE. **Censo Demográfico do IBGE, 2010**. Disponível em:
<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>. Acesso em 29/05/2017

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais** – Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2015, pg. 52. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>. Acesso em 29/05/2017

IBGE. **Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça**. 2008 / IBGE. Rio de Janeiro. Editor: IBGE. Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49891.pdf> Acesso em 31/05/2017

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais** – Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2016. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf> Acesso em 05/09/2017

IPEA. **Anexo Estatístico População Negra** – atualizado até PNAD 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=614&Itemid=18 Acesso em: 20/09/2017

LIMA, Wedner Costodio. **Análise do conceito de justiça distributiva na obra uma teoria da justiça de John Rawls e sua aplicabilidade no julgamento da ADPF 186 (cotas raciais)**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15774&revista_caderno=9 acesso em: 22/09/2017

LOPES, Cristina (Org.) **Cartilha Cotas raciais porque sim?** Pg. 13. 2º Edição. Ibase. 2006 Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/ibase_cotas_raciais_2.pdf Acesso em: 20/10/2017

LOPES, Juliana Araújo. **A Casa Grande Togada: O STF e a Dimensão Epistêmica das Cotas Raciais na Universidade de Brasília**. 2017 Disponível em: <https://comparativeproject.com/2017/07/03/a-casa-grande-togada-o-stf-e-a-dimensao-epistemica-das-cotas-raciais-na-unb/> Acesso em: 20/10/2017

PUC-RIO. **Relações Raciais no Brasil e o Multiculturalismo**. Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510779_07_cap_04.pdf Acesso em: 29/09/2017

QUEIROZ, Dulce (dir.); SASSI, Pedro Henrique e CAETANO, Pedro (prod.). **Documentário Raça Humana**- revela bastidores das cotas raciais na UnB. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y_dbLLBPXLo Acesso em: 29/09/2017

REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 88-103, dezembro/fevereiro 2005-2006 disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13485/15303> acesso em: 10/10/2017

SILVA, Mateus Lôbo de Aquino Moura e. **Casa Grande e Senzala e o mito da democracia racial**. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt28/9704-casa-grande-e-senzala-e-o-mito-da-democracia-racial/file> Acesso em: 29/09/2017

SIQUEIRA, Carlos Henrique Romão de; CARVALHO, Ernesto Ignacio de. Documentário “**Sob o Signo da Justiça** - a luta pelas cotas na Universidade de Brasília”. Brasília. 2005. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tVTAKUck3mc> Acesso em: 23/08/2017

UNB. Universidade de Brasília. **Análise do Sistema de Cotas Para Negros da Universidade de Brasília**- Período: 2º semestre de 2004 ao 1º semestre de 2013. 2013. Disponível em http://unb2.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/index/realtorio_sistema_cotas.pdf Acesso em: 25/10/2017

UNB. **Guia do Vestibular**. 2017. Pg. 8 Disponível em: http://www.cespe.unb.br/Vestibular/VESTUNB_17_2/arquivos/Guia%20do%20Vest_2017.pdf Acesso em: 25/10/2017

UNDP. **Relatorio do desenvolvimento Humano - 2005 -** <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/rdhs-brasil/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2000141.html> Acesso em: 05/09/2017

USP. **Cadernos de campo**. Entrevista com o Professor José Jorge de Carvalho. São Paulo, n. 19, p. 1-384, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/44985/48597> acesso em: 10/10/2017